



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

29ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional

Realizada em
Brasília/DF.
10 de junho de 2025.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
2 Bom dia a todos e todas aqui presentes. Estou vendo até o Mario Mantovani na reunião,
3 puxa vida, vai ser complicado hoje. Queria... Já verificamos aqui que temos quórum,
4 segundo o que foi informado pela secretaria executiva aqui. Então nós temos... Quantos
5 nós temos online? 22. Muito bem, então eu queria dar as boas-vindas a todos e todas
6 aqui nessa 29ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional. Temos feito um esforço liderado
7 aqui pela nossa diretora de departamento, Marcela, para dar uma dinâmica intensa ao
8 trabalho das tripartites como um espaço absolutamente fundamental de articulação entre
9 governo federal, governo estadual, governo municipal. As reuniões da comissão tripartite
10 têm se mostrado extremamente produtivas. Cuidado com o que você fala com o
11 microfone aberto, estamos todos ouvindo. Olha, quem está com o microfone aberto...
12 Pessoal, quem está com o microfone aberto, por favor? Nós não conseguimos fechar
13 aqui? Vocês não podem fechar os microfones? Fechou. Ouvimos tudo, ouviu? Está
14 registrado em ata. Mas voltando aqui, as reuniões da comissão tripartite têm sido muito
15 importantes, nós temos tido reuniões regularmente e agradeço sempre a participação
16 muito grande de estados, municípios e do governo federal nesse encontro que vem
17 gerando muitos resultados positivos para a integração dos nossos esforços de
18 cooperação. Essa reunião será presidida pela ABEMA, aqui temos o secretário Eduardo
19 Taveira, vice-presidente da ABEMA que vai conduzir. A presidente da ABEMA, Mauren
20 Lazzaretti não poderá participar hoje, mas está muito bem representada pelo Eduardo,
21 secretário do meio ambiente do estado do Amazonas. Vou, em seguida, passar a palavra
22 para ele. Lembrando que nós temos aqui temas muito relevantes para a discussão, seja
23 a deliberação sobre a proposta de orientações para a destinação de recursos da
24 compensação ambiental às unidades de conservação, assunto que nós iniciamos a
25 discussão na reunião passada, não é isso, Marcela? E hoje vamos discutir uma
26 deliberação da proposta de orientação para a destinação de recursos, algo muito
27 importante, que visa tornar essa ferramenta da compensação ambiental o mais eficiente
28 possível nos investimentos nas unidades de conservação federais, estaduais e
29 municipais. Na sequência, nós teremos uma discussão sobre o projeto de lei geral do
30 licenciamento ambiental e as implicações dessa proposta para o SISNAMA. Para isso,
31 nós convidamos um dos maiores especialistas em legislação ambiental no Brasil, porque

32 foi o autor de várias delas, o nosso ex-deputado Fábio Feldmann, sempre deputado Fábio
33 Feldmann, deputado federal em vários mandatos, constituinte, foi secretário estadual do
34 Meio Ambiente de São Paulo, fundador de várias organizações e atua nesse campo há
35 muito tempo, acho que todos aqui conhecem, reconhecem a enorme contribuição que o
36 Fábio Feldmann deu para a legislação ambiental brasileira. Então, nesse sentido, nós
37 convidamos para que ele faça, divida conosco, compartilhe conosco a sua visão e as
38 suas preocupações em relação a esse projeto de lei. Na sequência, faremos a
39 apresentação do guia de práticas e normas estaduais sobre descentralização do
40 licenciamento ambiental no Brasil. E o quinto item, um informe, a apresentação do
41 Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos, que vem
42 sendo implementado pela Diretoria de Direitos Animais, dirigida pela Vanessa Negrini, na
43 Secretaria de Biodiversidade e Floresta e Direitos Animais. E, na sequência, alguns
44 informes. Então, queria felicitar aqui a chegada da Ana Flávia, a secretária executiva
45 adjunta do Ministério, que também nos acompanhará nessa importante reunião e, de
46 imediato, já passo a palavra para o Eduardo Taveira, para que assuma a coordenação.
47 Dando as boas-vindas à ABEMA e parabenizando pelos trabalhos desenvolvidos pela
48 associação.

49 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
50 **- ABEMA) –** Muito bem, bom dia a todos e todas. Prazer grande estar aqui. Capobianco,
51 obrigado. Em seu nome, eu cumprimento a todos do Ministério do Meio Ambiente. A
52 agenda da tripartite tem sido extremamente relevante nessa construção da política
53 pública e, por que não dizer também, no próprio fortalecimento do SISNAMA. A retomada
54 das reuniões tem gerado, entre os Estados, uma mobilização muito importante do ponto
55 de vista nessa direção do fortalecimento do SISNAMA. Então, quero destacar aqui o
56 importante papel que o MMA tem nessa retomada desse fortalecimento da agenda entre
57 Estados, Municípios, Distrito Federal e o próprio Governo Federal. Aproveitar também
58 para cumprimentar os colegas da ANAMMA, em nome do Marçal. Cumprimentar
59 também, obviamente, meus colegas secretários, em nome da Rafaela. Obrigado pela
60 presença. Tomás está aqui também. Então, eu estou hoje representando a ABEMA aqui
61 na discussão da tripartite. Hoje é a vez dos Estados fazerem a presidência dessa reunião
62 tão importante. Na outra reunião foi o Marçal, que brilhantemente conduziu aqui a gestão.

63 Um debate bastante produtivo. E dizer que estou representando também a secretária
64 Mauren, a nossa presidente. Mas que, nesse momento, está representando a ABEMA
65 também em um evento importante, junto com a Polícia Federal, que é sobre o Brasil Mais,
66 que é um outro importante sistema de gestão que tem melhorado e muito a capacidade
67 dos Estados no monitoramento ambiental, em especial aqueles que já estão aplicando
68 autos de infrações remotos, a qualidade das imagens, de fato, elas têm sido muito,
69 muito boas. E têm dado um salto de qualidade. Então, mais uma agenda de integração
70 do Governo Federal, das políticas de monitoramento, em prol do combate às ilegalidades.
71 Então, essa é uma vinculação junto do sistema, sistemas estaduais de meio ambiente,
72 sistema nacional e também o Ministério da Justiça. Então, percebem que tem essa
73 relação integrada de vários entes na proteção ambiental. Eu quero, agora, a gente está
74 nessa fase 1 da nossa ata da abertura. A gente já tem quórum. A Marcela já confirmou
75 aqui que temos quórum para a reunião. E passamos também à aprovação da ata da 28ª
76 reunião da Comissão Tripartite Nacional. Todos receberam, acho que como praxe,
77 apenas para que a gente possa fazer o registro. Se não houver manifestações contrárias
78 à ata, a gente pode declarar ela aprovada. Aqueles que aprovam permaneçam como
79 estão. Assim ficamos, então, a ata aprovada da 28ª reunião. Está bom, não é? Acho que
80 todo mundo recebeu, não é? Cochilou, já era. Bom, acho que todo mundo que faz a
81 presidência dos conselhos estaduais sabe a aventura que é as atas. Então, a gente tem
82 sempre um cuidado muito grande de enviar com antecedência. E aqui, igualmente, a
83 parte da documentação da tripartite tem sido exemplar, Marcela. Então, obrigado também
84 pela condução dessas agendas. E agora tem a aprovação da pauta da reunião. O
85 secretário Capobianco fez a leitura em relação a essa... Eu não sei se há alguém que
86 alguma sugestão a respeito dos pontos que foram abordados aqui. Mas se não houver
87 também posição contrária ou pedido de sugestão de alteração de pauta, a gente também
88 aprova e segue com a leitura. Então, imagino que não há nenhum pedido nesse sentido.
89 Seguimos, então, com a pauta da maneira como está. E aí, sem mais delongas, o nosso
90 primeiro item de pauta, que seria aqui, no caso, o número 2, mas o primeiro a deliberação,
91 é sobre a proposta de orientações para a destinação de recursos da compensação
92 ambiental às unidades de conservação. Foi discutido na reunião passada. Como eu falei,
93 conduzida pelo Marçal, foram feitas várias contribuições. Acredito que hoje se apresenta

94 o resultado e a consolidação da apresentação dessas sugestões. Quem vai fazer a
95 condução desse debate é a Marcela, obviamente, que conduziu. Então, Marcela, a
96 palavra está com você.

97 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Nós temos as orientações para
98 a projeção. Bom dia a todos e todas. Na última reunião, a gente fez uma apresentação,
99 uma proposta de guia. Ela era já um encaminhamento do debate sobre maior clareza nas
100 orientações para os estados e municípios. Tanto para a questão de acesso aos recursos
101 da compensação federal, quanto para a necessidade de a gente caminhar em uma maior
102 reciprocidade quando unidades federais são atingidas por empreendimentos de impacto
103 nos estados e nos municípios. Então, a gente fez a apresentação do documento e houve
104 uma ponderação importante de que existiam duas linhas de orientações. Uma dizia
105 respeito a atribuições da Comissão Tripartite Nacional, que dizem respeito a todos os
106 entes federativos. E uma outra, que seria a competência do SECAF deliberar, por conta
107 do que seria o fluxo do trabalho do Comitê de Compensação Ambiental Federal, de como
108 os estados e municípios poderiam apresentar suas propostas dentro da medida das
109 unidades que são elegíveis ter recursos deliberados pelo SECAF. Então, nós
110 construímos esse documento, que foi compartilhado com todos com antecedência. São
111 as orientações para a destinação de recursos da compensação ambiental, as unidades
112 de conservação, e seria um documento como uma recomendação que a gente, ao
113 deliberar, poderia encaminhar para os entes federativos com alguns princípios
114 relacionados à distribuição desses recursos. Primeiro, então, diz respeito à destinação
115 para os [ininteligível] de diferentes entes federativos. A necessidade de cumprimento
116 legal e normatização. Nesse ponto, a gente faz uma remissão à lei do SNUC, nos artigos
117 35 e 36, que estabelece que os recursos oriundos da compensação ambiental devem ser
118 destinados às unidades de conservação e suas zonas de amortecimento diretamente
119 impactadas, independente da esfera federativa a qual pertencem. Então, a orientação da
120 tripartite seria no sentido de que, para garantir a efetividade dessa destinação, é
121 fundamental que as normas e procedimentos administrativos estabeleçam critérios claros
122 e objetivos, assegurando o acesso equitativo das UCs afetadas aos recursos,
123 independente do ente federativo responsável por sua gestão. Essa orientação parte de
124 um diagnóstico de que cada Estado tem autonomia para criar a sua própria normatização,

125 regulação relacionada à destinação desses recursos, e, quando diz respeito aos
126 municípios, também à sua esfera de atuação, e que é necessário que essas normas e
127 procedimentos adotados, eles dialoguem com o que foi estabelecido pela lei do SNUC, e
128 a possibilidade de repasse para diferentes entes federativos. Então, teria que ter uma
129 revisão desses procedimentos estaduais e municipais para que isso fosse possível, da
130 mesma maneira que o SECAF está fazendo uma revisão do seu fluxo com relação à
131 destinação federal. Segundo princípio diz respeito à publicidade e transparência, os entes
132 federativos devem implementar mecanismos de transparência ativa que permitam acesso
133 público às informações sobre as UCs elegíveis ao recebente dos recursos da
134 compensação ambiental, bem como aos critérios e decisões relativas à sua destinação.
135 Tais mecanismos devem incluir a divulgação de listas atualizadas das UCs impactadas,
136 valores alocados e planos de aplicação dos recursos, preferencialmente em plataformas
137 digitais de acesso livre. E o terceiro princípio diz respeito à cooperação federativa, a
138 cooperação entre os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais é essencial para
139 segurar uma alocação eficiente e coordenada dos recursos da compensação ambiental.
140 A participação do ICMBio quando se tratar de UCs federais deve ser garantida nos
141 processos de definição, alterização e planejamento da aplicação dos recursos. Então,
142 quando houver unidades federais impactadas, é importante o envolvimento do ICMBio
143 para que se pense na destinação desses recursos e, para isso, o guia complementar que
144 diz respeito ao SECAF também traz algumas orientações. Então, esse seria o documento
145 para a deliberação hoje. E o guia da compensação ambiental federal foi anexado. A gente
146 teve oportunidade para que todos os entes federativos trouxessem contribuições. A gente
147 tem a Júlia, que é do Fórum dos Dirigentes do SNUC aqui presente, do Rio de Janeiro,
148 que trouxe importantes contribuições, inclusive, questionamentos com relação ao guia. A
149 gente está acolhendo essas contribuições para encaminhar para o SECAF. Então, o
150 SECAF vai se reunir ainda esse mês para deliberar sobre esse guia. E esse é um fórum
151 de colocar em debate mesmo esse fluxo, até porque ele passa a ser uma referência
152 importante para os estados e para os municípios de como desenhar esse processo de
153 publicação, de lista de unidades de conservação elegíveis, os editais, como apresentar
154 propostas, enfim. É isso. Presidente.

155 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
156 **- ABEMA)** – Bom, estamos abertos agora para deliberações, manifestações a respeito
157 da apresentação. Alguma... Tem uma mãozinha levantada ali quem está de maneira
158 virtual. Eu só não consigo ver o nome. Mario Mantovani.

159 **O SR. MARIO MANTOVANI (Presidente da Fundação Florestal de São Paulo - FFSP)**
160 – E aí, pessoal, bom dia.

161 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
162 **- ABEMA)** – Bom dia, Mario. Prazer em te ver.

163 **O SR. MARIO MANTOVANI (Presidente da Fundação Florestal de São Paulo - FFSP)**
164 – Muito bom te ver aí Taveira. Que legal. Apesar de estar do lado do Capobianco, tudo
165 bem.

166 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
167 **- ABEMA)** – Nem tudo é perfeito, mas a gente segue.

168 **O SR. MARIO MANTOVANI (Presidente da Fundação Florestal de São Paulo - FFSP)**
169 – Brincadeira. Bom dia, Capô. Bom dia a todo mundo. Então, só parabenizar pela
170 iniciativa. Estou aqui como presidente da Fundação Florestal de São Paulo. E a gente já
171 tem essa prática. Isso é fundamental com as compensações, a gente está regularizando
172 as unidades de conservação e avançara nesse programa. É um grande programa em
173 que pese agora esse novo PL do licenciamento ambiental poder causar impactos muito
174 graves na questão das compensações. Porque as atividades, não diretamente
175 relacionadas ao empreendimento poderão cancelar, de certa forma, essa possibilidade
176 de fazer a unidade de conservação regularizar, mas dizer que eu acho que só faltaria
177 uma coisa: Que tivesse instruções normativas, tanto dos órgãos como o IBAMA, tudo,
178 para que essas compensações fizessem mais efetividade. Como a gente tem em São
179 Paulo instruções para poder fazer isso com os nossos parques. Não só os estaduais,
180 mas aqueles, inclusive, municipais que a gente trabalha. E lembrar aqui, aproveitando a
181 presença do Marçal e do [ininteligível] Antônio Marcos, que a gente precisa dar um apoio
182 muito grande para as unidades municipais de meio ambiente. São mais de 1.500 na Mata

183 Atlântica. E esse assunto que estamos tratando hoje pode ser uma grande ajuda para as
184 nossas unidades de conservação municipal. Então era isso. Normatizar também aí em
185 Brasília e nos estados. A exemplo que faz do que faz o Rio, São Paulo e outros estados.
186 É isso aí. Obrigado.

187 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
188 **- ABEMA)** – Obrigado, Mario. E aproveitar também para parabenizar sua indicação por
189 mais de quatro anos na gestão desse importante fundo, meu amigo. Parabéns. Parabéns.
190 Ganha São Paulo. Parabéns.

191 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Eu acho que a Júlia...

192 **O SR. MARIO MANTOVANI (Presidente da Fundação Florestal de São Paulo - FFSP)**
193 – E 40 anos de ANAMMA. Vamos comemorar o ano que vem.

194 **A SR^a. JÚLIA BOCHNER** – Bom dia. Júlia Bochner. Eu estou hoje aqui representando o
195 estado do Rio de Janeiro e também representando o fórum do SNUC, na figura de
196 presidente do fórum. Enfim, quem não conhece ainda o fórum do SNUC, ele existe desde
197 2018. A gente conseguiu instituir formalmente fórum no ano passado e ele reúne todos
198 os 26 estados da federação e do Distrito Federal. E a gente vem realizando reuniões
199 anuais e várias reuniões ao longo do ano, discutindo temáticas estratégicas para o
200 fortalecimento das unidades de conservação no país. E aí eu gostaria de parabenizar a
201 Marcela por essa iniciativa. Acho louvável essa iniciativa da gente conseguir compilar,
202 fazer um guia. Porque a temática de compensação ambiental tem sido uma das temáticas
203 principais de discussão no âmbito do fórum. A gente sabe que diversos estados ainda
204 têm uma dificuldade muito grande de conseguir, de fato, acessar os recursos e executar
205 os recursos de compensação. Então acho que essa iniciativa é bastante louvável. E aí,
206 conforme a Marcela falou, a gente fez algumas ponderações, sobretudo em relação ao
207 fluxo que o IBAMA propôs. E aí estamos, assim, também à disposição para a gente poder
208 aprimorar cada vez mais esse instrumento. E uma das proposições que a gente fez na
209 mudança do fluxo, aí eu não sei, Marcela, se caberia a gente entrar no detalhe, porque
210 eu não sei se a aprovação e deliberação hoje já vai deliberar pela aprovação do fluxo ou
211 só da... Então acho que depois a gente pode compartilhar nossas contribuições em

212 relação ao fluxo passo a passo para implementar o acesso dos estados aos recursos de
213 compensação. Obrigada.

214 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – É só agradecer mesmo, Júlia.
215 Acho que foi muito importante a Júlia e o Pedro, o envolvimento do DAP, do Ministério e
216 do Fórum nesse debate, trazendo a perspectiva dos estados, para que a gente realmente
217 crie um fluxo transparente e que resolva algumas lacunas que a gente tem hoje. Então,
218 a gente já está registrando essas contribuições para a deliberação para o SECAF. Hoje
219 a gente está apresentando os documentos como complementares, mas entendendo que
220 essa questão que diz respeito a todos os entes federativos, que são as orientações
221 principalmente fortalecendo o princípio da reciprocidade são o foco da nossa deliberação.

222 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
223 **- ABEMA)** – Muito bem. Alguma contribuição a mais a respeito do... Por favor.

224 **O SR. PEDRO DA CUNHA MENEZES (DAP/MMA)** – Obrigado, gostaria de parabenizar
225 tanto o Fórum quanto...

226 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
227 **- ABEMA)** – Desculpa interromper, eu acabei não dando a instrução. O capô acabou de
228 me lembrar que aí se apresenta, diz o nome, para poder fazer o registro em ato.

229 **O SR. PEDRO DA CUNHA MENEZES (DAP/MMA)** – Pedro da Cunha Menezes, sou
230 diretor do Departamento de Armas Protegidas é onde a compensação está, aqui no
231 Ministério. Parabenizar a Marcela. Queria parabenizar tanto a Marcela quanto... E a
232 equipe, quanto o Fórum. E reiterar que a gente tem quase 200 milhões que não estão
233 destinados porque não há demanda dos estados. E que no Fórum a gente tem debatido
234 bastante isso, mas que alguns estados estão ausentes. E às vezes nos procuram para
235 pedir informação que já circulou bastante no Fórum. Então, reitero a importância da
236 participação de todos os estados dentro dos grupos de trabalho do Fórum porque muita
237 coisa está avançando e está sendo deliberada. Então, quem tiver alguma dúvida, por
238 favor, me procure. Estamos também finalizando um curso para capacitação dos
239 servidores estaduais e municipais para poder acessar esse recurso. Esse curso deve ser

240 já disponibilizado em agosto. Então, quem tiver dúvida, por favor, nos procure para não
241 perder essa oportunidade. Muito obrigado.

242 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
243 **- ABEMA) –** Mais alguma contribuição? Se não, a gente... Por favor, Capobianco.

244 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –** Eu
245 queria reforçar essa fala do Pedro. Nós temos tido reuniões do SECAF com uma certa
246 intensidade no sentido de aumentar significativamente o desembolso de recursos e a
247 participação dos estados é fundamental nisso. Eu queria aproveitar e informar a todos
248 que nós tivemos na semana passada, na Semana do Meio Ambiente, algumas iniciativas
249 bastante importantes que contaram com a participação ativa dos estados. Tivemos
250 também a participação da ANAMMA, que nos apoiou muito nesse processo, da criação
251 da APA da Foz do Rio Doce, que foi uma conquista importantíssima para o
252 gerenciamento daquela região, altamente impactada pelo acidente de Mariana, que
253 precisa de um gerenciamento muito cuidadoso. Foi feito um trabalho integrado em um
254 governo de Estado muito ativo e foi possível, então, obter a assinatura da APA no dia 3
255 de junho. Nós tivemos também uma ação muito importante que o Estado do Paraná
256 precisa trabalhar conosco na implementação de duas reservas de desenvolvimento
257 sustentável e faxinais. Foram os dois primeiros faxinais reconhecidos como unidade de
258 conservação que passam a integrar o SNUC, trazendo um colorido cultural de
259 diversidade extremamente importante. Então, temos aí uma agenda positiva com os
260 Estados. Também o Pedro esteve lá no Araripe, nos representando. Criamos o Refúgio
261 de Vida Silvestre [ininteligível] do Araripe, uma espécie endêmica da Serra do Araripe
262 que passa agora a ser protegida, também com uma participação ativa do governo de
263 Estado. Ampliamos a APA Costa dos Corais, no sentido de proteger os corais que
264 estavam fora dos limites originais da APA. Foi uma outra conquista muito importante.
265 Então, eu queria festejar esse fato, lembrando que todos esses processos se deram em
266 articulação com os governos estaduais. E nós temos uma agenda enorme de criação
267 para frente. A Rita Nesquita acaba de chegar, secretária de Biodiversidade e Florestas e
268 Direitos Animais. Tem aí um trabalho muito grande, junto com o ICMBio, na identificação
269 de oportunidades de criação de extensas áreas em terras públicas na Amazônia, que

270 foram destinadas ao Ministério do Meio Ambiente pela Câmara de Destinação de Terras
271 Públicas. É um desafio enorme, vamos precisar de muito apoio. Espero que o Taveira
272 aqui, além de presidir muito bem essa reunião, presida muito bem as negociações que
273 temos que fazer para implementar várias unidades ali no Estado da Amazônia. Tema
274 tranquilo, mas certamente com a sua ajuda ficará mais fácil ainda. E queria parabenizar
275 o ICMBio, fortemente aqui na presença do Marcelo Marcelino, pelo feito da criação das
276 unidades de conservação. Temos várias outras no pipeline do Instituto Chico Mendes,
277 prestes a serem submetidas à aprovação. Estamos devendo a ampliação da Serra das
278 Confusões para criar a Serra Vermelha. Ainda é um desafio complexo que nós estamos
279 enfrentando, mas acreditamos que vamos resolver isso no curto prazo. E também felicitar
280 o Marcelino pelas ações do ICMBio na retirada de gado que vinha ocupando unidades
281 de conservação de forma irregular. A Serra do Cachimbo já teve uma ação muito forte,
282 uma [ininteligível], mas agora tivemos também uma ação muito forte na RESEX Chico
283 Mendes. E foi um ato muito importante, vai ter muita reação. Mas o ICMBio vem
284 desenvolvendo um trabalho muito relevante em garantir que as unidades de conservação
285 realmente sejam espaços de conservação ambiental e que seus usos sejam aqueles
286 previstos na legislação e nos planos de manejo. Então, parabéns ao ICMBio por esse
287 trabalho.

288 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
289 **- ABEMA)** – Mario, você está com a mãozinha levantada aí, não sei se...

290 **O SR. MARIO MANTOVANI** – Só lembrar mais uma coisa, Marcela. No documento onde
291 diz que tem essa publicidade lembrar da participação dos conselhos municipais de meio
292 ambiente nas unidades de conservação municipal. Fundamental, há muita resistência
293 com relação à criação de unidades de conservação, mas com compensação talvez seja
294 mais fácil e ouvir os conselhos, a gente está falando de tripartite, a presença dos
295 conselhos tanto os estaduais como os conselhos municipais de meio ambiente que estão
296 muito desarticulados ainda, mas a gente precisaria fazer esse movimento de ter os
297 conselhos envolvidos nessas criações de unidades de conservação municipal. É isso.
298 Lembrando uma coisa, Taveira, esse trabalho como presidente da Fundação Florestal de
299 São Paulo é voluntário.

300 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
301 **- ABEMA) –** É bom que qualquer aumento de 100% do salário é válido, não sai do lugar.
302 Mas parabéns, parabéns mesmo. A importância do cargo e a sua presença são muito
303 relevantes, Mario, sabes da minha admiração pelo teu trabalho. Eu quero fazer uma
304 contribuição em relação a essa questão da criação das unidades de conservação.
305 Obviamente que a gente tenta levar com leveza, mas todos acompanham, pelo menos
306 do ponto de vista de alguns estados, grande parte dos estados, a criação das unidades
307 de conservação. Elas acabam não tendo nem muita aderência política, nem entre
308 prefeitos, vereadores, deputados, governadores. Então, é um trabalho que é conduzido...
309 e aí o Mario destacou muito bem o papel da sociedade civil organizada, dos conselhos
310 estaduais e municipais de meio ambiente. Em especial, essa mobilização junto aos
311 prefeitos municipais. Acho que é um exemplo da discussão que foi feita lá no Sauim, a
312 mobilização junto com o prefeito, com vereadores, que a Rita muito bem conduziu lá no
313 estado. Quando conversávamos com o Fábio também, o papel dos Tribunais de Contas
314 junto a esse soft power em relação a essa condução também, para que haja essa ação.
315 Além disso, também, é algo que a gente tem tentado trabalhar no estado do Amazonas,
316 é um pouco da mensagem do ponto de vista do porquê da criação das unidades de
317 conservação e do sucesso de grande parte das unidades de conservação naqueles
318 modelos que eles se propuseram. Em especial, RESEX, RDSs. Por exemplo, no
319 Amazonas, a maior parte das reservas criadas das RDSs incidiram diretamente na
320 redução do desmatamento e no aumento da renda das comunidades. Em especial, no
321 apoio direto às cadeias produtivas vinculadas a essas atividades sustentáveis. A
322 professora Rita conhece bem essa realidade, coordena os projetos de pesquisa... aliás,
323 coordenou, coordena ainda, relacionado a isso. E a gente, de certa forma, não consegue
324 furar uma bolha que é de comunicação, Capô. A gente até brinca lá no estado, da mesma
325 maneira que o agro conseguiu muito bem se fortalecer com uma mensagem tipo agro é
326 pop, a gente não consegue encontrar um mecanismo tão rápido como tipo o [ininteligível]
327 é top. Se o agro é pop, UC é top. Um negócio meio rápido que a gente pudesse também
328 fugir um pouco de uma questão que seja só de gestão territorial, mas com propósito
329 efetivo de resolver vários gargalos sociobioprodutivos, pelo menos falando lá da região
330 que eu moro, do Amazonas. Então, só para contextualizar, que a gente tem excelentes

331 experiências na gestão das unidades de conservação, nas soluções para o
332 desenvolvimento sustentável. E, de certa forma, isso acaba não furando essa bolha da
333 comunicação. Então, é só o registro. Podemos seguir, então, na deliberação? Qual é,
334 Marcelo, o encaminhamento agora? A votação? Não, é só a deliberação, não é? Então,
335 já que deliberamos bastante o assunto, e acredito que reforço as falas que foram feitas,
336 o documento ficou muito bom, essa construção coletiva ajudou muito na clareza do
337 documento. E agora, então, a gente parte para o nosso próximo item de pauta. Acho que
338 é o mais tranquilo da pauta, que é o item que é o 3, mas é a avaliação do projeto de lei.
339 Fica na avaliação do projeto de lei geral do licenciamento ambiental, e aqui a implicação
340 para o SISNAMA. Todos receberam a pauta, mas aqui está diante da recente aprovação
341 do PL 2159, pelo Senado Federal, que propõe significativas alterações na sistemática de
342 licenciamento ambiental no país. Esse ponto, o ponto da pauta, visa promover o debate
343 entre os entes federativos sobre os possíveis impactos da proposta para o SISNAMA e
344 para a efetividade da proteção ambiental. Não sei se o Capô quer fazer uma fala
345 introdutória.

346 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
347 Obrigado, Taveira. Basicamente, antes de entrar nesse tópico, só queria dizer para você
348 que, em relação às unidades de conservação, é um desafio que nós temos que tratar
349 muito seriamente aqui na tripartite. Porque, mais do que um plano de comunicação, é um
350 plano de obrigação. Nós temos aí uma necessidade de garantir a conservação dos
351 espaços, da diversidade dos biomas, da nossa biodiversidade, das nossas comunidades.
352 Então, acho que aí temos uma agenda que nós precisamos avançar. Foi muito importante
353 a aprovação da discussão da questão de recursos. O Mario lembrou bem do
354 envolvimento de conselhos para tornar esse debate mais amplo. Mas eu proponho,
355 Marcela, que a gente trate aqui, numa próxima oportunidade, de como é que nós vamos
356 construir essas parcerias. Como é que nós vamos trazer o entendimento de governo
357 federal, governo estadual e municipais para avançar com essa agenda. Eu acredito que
358 o ICMBio poderia apresentar essas propostas e estudos que estão em curso. Os estados
359 também poderiam trazer propostas que estão em debate, os municípios também. A gente
360 tem um certo mapa daquilo que está sendo trabalhado em termos de entes federados,
361 em termos de projeção de propostas, de planejamento. E, quem sabe, organizar uma

362 ação integrada para identificar que elas são prioritárias para todos e concentrar um
363 esforço para que a gente possa avançar rapidamente. No caso da Amazônia,
364 particularmente, nós temos uma necessidade inadiável de retirar as terras públicas do
365 limbo em que elas se encontram. Tanto as terras públicas federais quanto as terras
366 estaduais. Porque a gente sabe que, embora sejam propriedade da União, ou seja, da
367 sociedade brasileira, o fato de não ter ali uma destinação, elas são vistas como terras de
368 ninguém, acessíveis à grilagem e à ocupação predatória. Então, nós precisamos pôr um
369 fim nessa história. Eu acredito que a tripartite pode construir um caminho para isso.
370 Porque não há como avançar na criação de unidades de conservação sem uma
371 articulação com os estados e com os municípios. Essa é uma determinação que está
372 colocada muito claramente. Para a criação dessas unidades, nós tivemos apoio direto de
373 vários agentes, eu já citei aqui a ANAMMA, que colaborou muito para esse processo.
374 Mas tivemos que fazer, tivemos que procurar o Governador Casagrande, no Espírito
375 Santo, o Governador Ratinho, no Paraná, o Governador do Ceará, Pernambuco, todos os
376 estados que tinham essas unidades para fazer um entendimento com as Secretarias
377 Estaduais do Meio Ambiente e diretamente com os governadores. Então, vamos fazer
378 isso. Acho que vai ser uma agenda muito positiva que a gente pode avançar. Mas, com
379 relação ao próximo item, ao próximo, de fato, vocês todos acompanharam o processo de
380 votação do Projeto de Lei 2159. Aliás, o Fábio é autor acho que do primeiro projeto, se
381 não me engano, do marco legal do licenciamento, da lei-geral do licenciamento. Ele
382 apresentou o primeiro projeto. Ele me disse, inclusive, que esse projeto só foi arquivado
383 no ano passado. Apesar de ter apresentado isso na época em que eu não tinha nem
384 nascido há décadas atrás. Mas ele vai poder contar isso. E o projeto que acabou
385 tramitando e que foi convertido em lei era o projeto do Luciano Zicca, que veio depois, do
386 Fábio. Agora, vocês acompanharam todo o processo no Senado. Foi muito
387 impressionante, porque quando ele chega no Senado e nós assumimos aqui o governo,
388 foi uma das primeiras iniciativas nossas da ministra Marina e da sua equipe, eu
389 particularmente, o do Agostinho também, que não está aqui hoje, mas que participou
390 ativamente disso, foi de procurar o relator, o [ininteligível] Moura, para discutir com ele
391 alternativas que pudessem melhorar o projeto em relação ao que veio da Câmara, que
392 tinham muitos problemas. Trabalhamos intensamente, foi elaborado um primeiro relatório

393 que nós considerávamos um relatório muito próximo daquilo que seria positivo. Isso ficou
394 adormecido no Senado e, de repente, decide se colocar em votação na Comissão de
395 Meio Ambiente e da Agricultura, que é um caso sui generis, em duas comissões
396 tramitando, uma coisa inédita, normalmente você vai comissão a comissão, tem duas
397 comissões discutindo, e no dia da apresentação do relatório na Comissão de Meio
398 Ambiente ninguém conhecia o relatório. O relatório não foi disponibilizado com
399 antecedência, ele foi apresentado na reunião que discutiu, iniciou a discussão. O máximo
400 que nós conseguimos naquele momento, com atuação muito forte da [ininteligível]
401 legislativa e de vários ministérios, foi de que não votasse na semana seguinte, porque a
402 ideia era ler na semana e votar na semana seguinte. O máximo que nós conseguimos foi
403 duas semanas, ou seja, apresentou, discutiu na reunião seguinte e votou na próxima, em
404 duas semanas. Então, foi algo extremamente acelerado, não permitiu uma discussão a
405 fundo, e eram várias notícias veiculadas na imprensa de uma omissão do governo
406 federal, de uma inação do governo federal, [ininteligível]. Nós tínhamos trabalhado muito
407 no relatório anterior, intensamente, nas negociações, mas infelizmente o processo
408 ganhou uma velocidade e um ritmo e uma intenção de que não fosse discutido e fosse
409 aprovado num fast-track rapidamente, apesar de tudo que se tentou antes. Então agora
410 nós temos um problema claramente colocado, um projeto de lei que já passou na
411 Câmara, foi ao Senado, volta para a Câmara, em tese, a Câmara só pode aceitar ou
412 recusar o que veio do Senado, mas não pode mudar o projeto original dela própria, só
413 tem uma discussão regimental do que nós podemos fazer e o governo, então, tem feito
414 um esforço envolvendo o Ministério do Ambiente, o Ministério de Relações Institucionais
415 e a Casa Civil, para buscar um entendimento, uma construção de um meio, um caminho
416 do meio que preserve vários dos dispositivos que foram incluídos, que são positivos, mas
417 que possa, de fato, retirar aqueles que são mais graves. Então, o debate é agora, e eu
418 acredito, antes de passar a palavra para o Fábio, fazer a apresentação inicial, colocar o
419 debate, que, mais uma vez, a tripartite é fundamental. Eu queria pedir até desculpa à
420 ABEMA, mas de manifestar a minha decepção, eu gosto de ser transparente, vocês
421 sabem disso, e eu fiquei muito decepcionado de a ABEMA ter apoiado a mudança na lei
422 da Mata Atlântica e colocada de forma sorrateira nesse projeto. Fiquei surpreso de a
423 ABEMA ter apoiado isso, principalmente assinado por secretários que não são da Mata

424 Atlântica, muitos deles, que não têm compromisso na conservação desse biome, assinam
425 uma carta absurda que muda a lei da Mata Atlântica de forma, repito, absolutamente
426 sorrateira. Um verdadeiro jabuti incluído nesse projeto. E eu acho, lamento que a ABEMA
427 tenha assinado essa carta sem antes o entendimento entre todos nós. Aliás, temos a
428 tripartite para discutir esses assuntos. A ABEMA poderia ter solicitado uma reunião
429 extraordinária de tripartite para discutir esse assunto. Nós temos a oportunidade de
430 conversar sobre isso. Mas, então, eu acho muito importante que a gente aqui tenha uma
431 discussão profunda sobre isso e que a gente possa ter uma ação conjunta, porque, repito,
432 União, Estados e Municípios são muito mais fortes que qualquer um deles em separado.
433 Então, agradeço a oportunidade, agradeço ao Fábio ter sido disponibilizado a vir aqui
434 conversar conosco e passo a palavra para ele.

435 **O SR. MARIO MANTOVANI** – Muito bom, Capô. São Paulo não assinou secretário e
436 nem o secretário adjunto.

437 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** – Eu
438 estive ontem com a secretária Natalia e ela disse que nós não tinha assinado, é verdade.

439 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
440 **- ABEMA)** – Bom, obviamente, cabe aqui a defesa dos interesses da ABEMA. A ABEMA
441 não é feita por uma diretoria, é feita pelos Estados. Então, a construção das
442 manifestações da ABEMA passa por uma discussão prévia com os secretários. A gente
443 tem falado, de uma maneira bastante extensa, que a atuação dos Estados no
444 licenciamento ambiental representa praticamente 90% de todas as legislações estaduais.
445 Cada item analisado pela ABEMA na lei do licenciamento não é nova e não é relacionado
446 a Jabuti. A gente se manifesta relacionado à lei do licenciamento desde 2013. Então,
447 acho bastante preocupante porque, da mesma maneira que nós discutimos, estamos
448 disponíveis na discussão da lei do licenciamento, também cabe registrar que em nenhum
449 momento nós fomos acionados por nenhum dos entes para que a gente pudesse discutir
450 de maneira integrada a agenda do licenciamento. Apesar das próprias manifestações da
451 ABEMA se colocando à disposição para tal, inclusive, registrado por ofício. Todas as
452 vezes que a ABEMA foi convocada para discutir qualquer item, qualquer ação, a ABEMA
453 se fez presente nas discussões. E as manifestações referentes aos itens relacionados à

454 Mata Atlântica, apesar da assinatura das diretoras, elas foram discutidas por secretários
455 que trabalham diretamente a agenda da Mata Atlântica. Óbvio que eu não posso falar
456 sobre a Mata Atlântica, porque eu sou da Amazônia, do bioma amazonico. Mas essa é a
457 beleza do trabalho que a ABEMA se coloca. E a ABEMA faz 40 anos agora. É
458 interessante porque o papel da ABEMA na defesa do interesse dos Estados junto ao
459 SISNAMA, ela é uma manifestação que se dá de maneira integral e de uma maneira,
460 inclusive, linear desde as primeiras manifestações. Depois a gente pode compartilhar os
461 documentos com todas as manifestações produzidas pela ABEMA ao longo desses anos
462 de manifestação e atribuições junto à construção do PL do licenciamento ambiental. E,
463 por fim, destacar que essa participação da ABEMA, ela se dá estritamente a favor dos
464 interesses do Estado. A carta deixa claro isso. E a carta, inclusive, se manifesta com
465 preocupação a respeito de itens que podem se comprometer e exige que o PL reforce as
466 questões relacionadas à segurança ambiental. Então, de novo, eu reforço e até registro
467 do ponto de vista de convocação, Capobianco, não lembro de nenhuma maneira o próprio
468 Ministério ter chamado a ABEMA ou os secretários para uma reunião a respeito desse
469 tema, nem mesmo colocado como item nas tripartites. Então, da maneira que ela sempre
470 se colocou, a gente continua à disposição. Nos foi enviado pela Marcela documento, base
471 para estar em análise pela ABEMA, mas a gente nesses 40 anos já sofreu vários tipos
472 de pressão. O registro das nossas manifestações estão todos no site da ABEMA, seja
473 Governo A, Governo B, vários secretários que foram presidentes, já tiveram por vários
474 ministros de diferentes posições as suas cabeças devidamente pedidas aos seus
475 governadores, as mobilizações que foram feitas para que se pudesse ter gerência na
476 presidência da ABEMA também. Então, é algo que a gente está plenamente habituado
477 em relação a essa situação e a gente lida com isso de uma maneira muito democrática,
478 como tem sido a condução das nossas reuniões e das nossas manifestações. E também,
479 aqui reforço, Capobianco, sendo bem transparente, que da mesma maneira que somos
480 chamados a discutir uma posição em conjunto, a gente se faz presente para, no âmbito
481 democrático, também consolidar todas as posições que foram feitas, inclusive, do ponto
482 de vista de dialogar e ampliar quais são os pontos que podem ou não ser melhorados ou
483 impactos que possam ter. Então, a gente segue à disposição.

484 **O SR. FÁBIO FELDMANN** – Eu queria primeiro agradecer a oportunidade de estar aqui.
485 Capobianco, acho que eu sou mais velho aqui. Marcelino, quantos anos? 40. Deu uma
486 oportunidade de acompanhar as políticas ambientais do Brasil. 40 anos. Eu até brinco
487 que eu fui constituinte, vocês sabem, e hoje a idade média dos constituintes é de
488 [ininteligível]. Então, eu sou sobrevivente dos constituintes. Ah, fulano, morreu. Eu até fui
489 ao Tribunal de Contas, eu e o Tomás, encontrei o Vittar. Falei, como vai seu pai? Ele
490 falou que foi constituinte e morreu há 20 anos. Olha a oportunidade de ficar quieto. Às
491 vezes fala além. Eu queria dizer que estou muito feliz de estar aqui só para você saber,
492 Taveira, a ABEMA participou muito da discussão da Assembleia Nacional Constituinte.
493 Eu acho que talvez não esteja nos anais. Muitas propostas foram colocadas pela ABEMA,
494 o Kleberson, que eu acho que era o presidente, e depois houve uma revisão
495 constitucional em 93. Pouca gente sabe que muita coisa que nós não conseguimos
496 colocar. Eu fui relator adjunto, inclusive, o princípio polidor pagador, colocar o Cerrado e
497 a Caatinga e o Pampa como patrimônio nacional, que não tem lugar que eu não vou, que
498 se reclama, eu ponho toda a culpa no Capobianco. Capô, por que você não propôs isso
499 à época? Não é isso? Vou fazer um comentário de natureza muito pessoal. Eu estou
500 trabalhando muito com tribunais de conta de maneira geral. Nós temos 31 tribunais de
501 conta, sete estaduais, tem o Tribunal de Contas da União, nós temos alguns municipais.
502 E a Constituição, no 225, ela considera meio ambiente patrimônio, bem público, bem de
503 uso comum do povo. E nós estamos nessa linha que não é brasileira, essa linha
504 internacional de colocar os tribunais de conta na governança ambiental. Por exemplo, eu
505 estive participando de uma discussão em Portugal, comentei com você, não é, Capô, que
506 a União Europeia designou todos os tribunais de conta dos países europeus para
507 [ininteligível] a nível nacional adesão às resoluções da União Europeia. E eu assisti a
508 uma exposição do Tribunal de Contas de Portugal absolutamente fantástica sobre
509 resíduos sólidos, porque eles não avaliam se está sendo bem destinado, eles avaliam
510 políticas públicas. Eu estou contando isso para explicar o porquê eu não fui na ABEMA.
511 Em uma dessas reuniões, eu encontrei até você, Taveira, eu fui para Manaus e fiquei
512 chocado, porque em Manaus todos os chegaram [ininteligível] cobertos de pets. E daí fui
513 dois aterros sanitários controlados, que eram dois lixões a céu aberto. Eu até contei,
514 Capô, a nossa geração, não entregou, porque o primeiro projeto de resíduos sólidos, em

515 92, aprovado em 2010, aquilo era em 2024, Taveira, em 2023, então nós temos um
516 problema muito sério, na minha opinião, de entrega. Criamos o modelo de governança,
517 temos modelo de legislação, temos instituições, na minha opinião, muito fragilizadas, e
518 aqui um comentário meu, que fui presidente da ABEMA, é bom que o pessoal
519 [ininteligível] esteja aqui, que grande parte do licenciamento é a fragilização das
520 instituições de meio ambiente, sejam institucionalmente. Eu vou citar, Tomás, o caso de
521 São Paulo, apenas como exemplo. Quando eu fui secretário de meio ambiente, a polícia
522 ambiental tinha 2.200 homens. Dividindo por praticamente 700 municípios, da três
523 policiais ambientais por município. Levando em conta que eles trabalham oito horas, dá
524 um policial ambiental por município, sem tirar, descontar que nós temos aí um problema
525 de que alguns estão afastados. E hoje nós temos 1.800 homens. Então, eu acho que nós
526 teríamos que aproveitar essa discussão para trabalhar no fortalecimento do sistema
527 nacional do meio ambiente. Porque o sistema nacional do meio ambiente está muito
528 fragilizado, democrática e suprapartidariamente. Eu participei muito da discussão da
529 câmara, que o relator era o Kim Kataguiri. Não sei quem foi lá participar. Fui lá conversar
530 com o Kim. E tentei até convencer o Kim, a questão ambiental não é de direita e esquerda.
531 Sempre lembro quem criou a avaliação ambiental foi o Richard Nixon, nos Estados
532 Unidos, que está longe de ser considerado um cara de esquerda. Ele criou o [ininteligível]
533 e criou a avaliação ambiental, lá na década de 70. Então, acho que primeiro temos que
534 trabalhar no fortalecimento nacional. E por que eu estou trabalhando tanto com os
535 tribunais de contas? Primeiro, Tribunal de Contas da União. 100% gente técnica. Tribunal
536 de Contas não tem cargo comissionado. E como é um concurso difícilíssimo, o pessoal é
537 altamente qualificado. Tribunais de Contas do Estado, Capô, eu estive lá em Manaus
538 semana passada, também tem pessoas muito jovens entre 35, 40 e 45 anos, técnicos.
539 Então, quer dizer, eu acho que a gente tem que trabalhar muito nisso. Até porque eu fui
540 secretário de meio ambiente do Mario Covas, que era uma figura extraordinária. Mas o
541 Mario Covas não tinha nenhuma paciência com o meio ambiente. Era de uma geração
542 que eram três temas. Educação, Segurança e Saúde. Ambiente não entrava nessa
543 agenda. Então, nós temos quase uma dificuldade geracional, naquela época, de
544 convencer que meio ambiente é importante. E no caso do Tribunal de Contas da União,
545 estou falando para a Marcela, aliás, Capô, só assim que a Marcela me atende, quando

546 você diz para ela: atende o Fabio Feldmann. Se não, liga e ela diz, é o Walter? Eu digo,
547 não, é o Fabio. Ela desliga o telefone. O Walter é um deputado federal que, para o meu
548 azar, era Feldmann também. Lá é de São Paulo, imaginem vocês. Mas o Tribunal de
549 Contas fez uma verdadeira, um trabalho sobre governança climática e o item era onde
550 está o dinheiro do financiamento climático. Chegou à conclusão de que parte expressiva
551 está no Ministério da Fazenda, no BNDES, sem transparência nenhuma. E essa é uma
552 agenda que eu acho que a gente tem que trabalhar com os estados. Quer dizer, a gente
553 está negociando na COP, não é, Capô, mais dinheiro para o financiamento climático. A
554 discussão é onde está o dinheiro, que já em tese já são transferidos US\$ 300 bilhões de
555 dólares para o Sul. Qual é a parte do Brasil e onde está esse dinheiro? E para os estados
556 e municípios saberem se os estados e municípios estão capacitados de acessar esses
557 recursos e de gastar bem esses recursos. Então, eu estou colocando isso para vocês,
558 que eu acho que tem uma agenda comum, que é o fortalecimento do Sistema Nacional
559 do Meio Ambiente. Quer dizer, eu conheço um caso de Minas Gerais, eu tenho falado
560 muito com a secretária lá, que a Suzano, que é uma grande empresa, comprou uma área
561 gigante lá para o eucalipto, levou 10 anos, não teve resposta do órgão ambiental,
562 devolveu a área. Então, nós temos uma agenda comum que é o fortalecimento do sistema
563 nacional do meio ambiente. Eu que fui secretário, o papel do secretário de meio ambiente
564 sempre é difícil, porque a gente está entre a sociedade civil, o Ministério Público e o
565 governo. Governo, horizonte e eleitoral, que é de quatro anos. Quer dizer, então eu estou
566 dizendo, só para dar um exemplo do Mario Covas, quando ele resolveu se candidatar, eu
567 não estava, ele falou de todos os secretários e me deixou por último. Ele diz assim: vocês
568 conhecem o Fábio? Ele foi leal ao planeta e não foi leal ao governo. Porque ele achava
569 que a gente atrapalhava, enfim, então eu queria propor, Capô, que a gente tivesse uma
570 agenda, até mesmo porque a Constituição, no artigo 20 a 30, é muito mal redigida, que
571 é da União, Estados e Municípios, tem até um dispositivo lá que foi copiado da Lei dos
572 Interesses Difusos, que faz 40 anos. E até do ponto de vista do Ministério Público, eu
573 tinha uma sugestão nesse projeto que era obrigar a informar ao Ministério Público todas
574 as etapas do licenciamento, desde o termo de referência, porque a nossa relação com o
575 Ministério Público é muito difícil, porque nós somos o elo frágil no licenciamento. Então,
576 o Ministério Público, e eu falo, só para ficar claro, Capô, eu sou o único deputado

577 constituinte, não promotor que defendeu o Ministério Público, por causa da Lei dos
578 Interesses Difusos. Então, por exemplo, obrigar tem todas as etapas, porque depois que
579 você consegue, você passa todas as etapas, no caso de São Paulo, vai para o
580 CONSEMA, o CONSEMA dá licença, o Ministério Público entra com uma ação civil
581 pública e consegue liminar, aí o governador te chama achando que você é o culpado.
582 Então, coisas que eu acho que facilitaria a governança do licenciamento. Quer dizer, e o
583 Ministério Público, ele sempre que tem que liminar, o Thomaz, você é advogado, acho
584 que somos os únicos, não é? Tem mais advogado aqui? A Marcela, você escondeu de
585 mim durante 20 anos. Ninguém é perfeito, não é, Marcela? Mas essa questão, porque o
586 promotor as vezes está ao lado do juiz, ele consegue a liminar. Então, quer dizer,
587 mecanismos que teriam que ter sido colocados ou podem ser colocados no licenciamento
588 para melhorar a governança, porque, como eu estou dizendo, depois que passou todas
589 as etapas, no caso de São Paulo, o Ministério Público participa do Conselho Estadual,
590 ele se abstém de votar para [ininteligível] e você tem que explicar à sociedade que não é
591 o órgão ambiental que nos deu a licença. É o Ministério Público. Então, quer dizer, eu
592 acho que este projeto perdeu esta oportunidade. Como o Capô falou, o primeiro projeto
593 de licenciamento é meu, 71088. Eu sou super honesto, nós praticamente copiamos a
594 resolução 001. O Brasil estava começando com o licenciamento ambiental, quer dizer, a
595 resolução é de 86 a 001, mas os Estados começaram a implementar e a União, na época,
596 era a SEMA, o licenciamento ambiental, a partir de então. Então, não é um bom projeto,
597 mas, não sei se vocês sabem que na Câmara, quando você apresenta o projeto, o teu
598 projeto vira precedente e, a partir daí, todos têm que ser apensados. Por que eu não
599 questioneei o do Zica? Porque eu acho que meu projeto estava superado, inclusive, que
600 ele previa tipos penais que foram colocados pela 9605-88. O que eu acho do
601 licenciamento da lei? Eu acho que, quando você fala das dificuldades, eu acho que a
602 sociedade brasileira não entendeu e não compreendeu a importância do licenciamento
603 ambiental e da avaliação ambiental. Eu considero um dos instrumentos mais
604 democráticos da Constituição de 88. Por quê? Porque, até então, o empreendimento
605 público-privado era feito, não consultava ninguém, não falava com ninguém, e aí nós
606 tivemos equívocos de localização de Angra dos Reis, que vocês conhecem, que hoje é
607 reconhecido que é uma área vulnerável, inclusive, no caso de evacuação por defesa civil,

608 muitas dificuldades, porque está no sopé da Serra do Mar, que é muito frágil, há
609 deslizamento, chuvas muito fortes, evacuação. Eu tive Itaveira pela primeira vez
610 conhecendo Balbina, que eu não conhecia, Balbina, que eu critiquei muito, mas só fui
611 conhecer há dois anos atrás, que é um exemplo de mau planejamento energético, um
612 lago muito raso e uma área de inundação muito grande. Então, a gente tem que defender
613 o licenciamento. Cubatão, que eu fui advogado das vítimas lá na década de 80, quer
614 dizer, eu acho que a gente tem que defender o licenciamento ambiental como instrumento
615 democrático. Graças ao licenciamento ambiental, hoje, você, com todas as dificuldades
616 de consulta pública, de audiência, a sociedade tem acesso a isso e pode opinar, com
617 todas as fragilidades que a gente conhece do licenciamento. Às vezes, quer dizer, a
618 tomada de decisão foi dada, o licenciamento elenca medidas mitigatórias e
619 compensatórias. Outra coisa que esse projeto não fez, que eu, como advogado, vi o
620 Tomás e ela, é definir a natureza jurídica das condicionalidades, e que eu sempre defendi
621 isso. Discuti o Porto Primavera, não sei se vocês lembram. Daí, o empreendedor, ele
622 oferece tudo o que você quer para ter o empreendimento aprovado. Depois, ele não
623 cumpre condicionalidade. E daí, o que você vai fazer? Você vai esvaziar um reservatório
624 cheio ou das usinas lá do Rio Madeira? Ou Belo Monte? Então, quer dizer, perdemos
625 oportunidade de definir a natureza jurídica dessas condicionalidades. Porque o Capô,
626 agora é governo, mas uma vez eu estava numa reunião, um cara falou, Capô, eu te
627 desejo que você seja governo uma vez. Você vai ver o que a gente sofre. Você lembra
628 disso? O Aroldo falou isso para você numa reunião do Conama. Ele desejou o Capô ser
629 governo. Uma hidrelétrica que ele brigou com o secretário de meio ambiente, Edson
630 Milaré. Brigou de morte. Brigaram o governo público e tal. E a usina hidrelétrica de Três
631 Irmãos. Não, vocês não sabem. Foi o desejo do Aroldo. Eu te desejo que um dia você
632 será governo. Você lembra disso? Porque o Capô era terrível. Ele agora está com essa
633 cara de bonzinho, de terno. Eu posso contar histórias do passado condena do Capô. Dele
634 e do Rodrigo, que agora é presidente do Imama, tudo importante. Do Mario, é tão
635 constrangedor contar o passado do Mario, até porque ele tem algumas tecnologias de
636 time sharing que ele não divide com ninguém. Quem conhece o Mario sabe o que estou
637 me referindo. Mas, Mario, estou com saudades de você. Até te liguei. Por exemplo, a
638 usina dos Três Irmãos foi um licenciamento de 1990 e definiu a criação de humanidade

639 e conservação. Passados esses anos ela não foi criada. Então, quer dizer, nós perdemos
640 oportunidade da área ambiental se fortalecer. E também nessa questão União, Estados
641 e Municípios, o Brasil tem pacto federativo estranho porque todos os estados têm
642 constituições estaduais que em muitos casos, como em São Paulo, Marcela, a
643 construção estadual foi além da construção federal. E eu participei de uma negociação e
644 que eu pus a ementa todos os dispositivos da construção estadual para se fosse
645 judicializar. Daí a assessoria técnica legislativa do Palácio dos Bandeirantes tirou. Como
646 tirou? Porque o Brasil ninguém dá a mínima bola para as construções estaduais. Mas eu
647 quero dizer para vocês que em alguns casos a constituição estadual pode amparar mais
648 a atuação da área de meio ambiente constituição federal porque ela foi mais detalhada
649 do que a construção estadual. Nós tivemos um caso aqui, tem alguém de Goiás que a
650 ampliação da Chapada dos Viadeiros que não sei qual que se aumentou teve uma... Ah,
651 Marcelino, você estava lá. O Zé Pedro fez uma consulta que foi anulada pelo Supremo
652 que não era consulta pública, entendeu? A lá Zé Pedro e depois a gente ampliou porque
653 a construção estadual de Goiás repetiu o artigo 225. Você lembra disso, Ana Flávia? Ela
654 repetia. Então, o que eu estou chamando para vocês é a gente ter uma agenda comum
655 de fortalecimento do sistema. Gente, desse acesso aos recursos internacionais eu tenho
656 falado com Anderson, lá na Secretaria. E também bom senso. E aqui vou dar um exemplo
657 para você, Taveira. Eu conheço, eu tive em uma reunião oficina do ICMBio que o ICMBio
658 coloca como critério ouvir os governadores. Eu levantei lá e disse, eu acho que isso é
659 inconstitucional e acho que é uma bobagem, porque às vezes o governador não quer ser
660 ouvido sobre a criação de uma unidade de conservação. Ele não quer ser ouvido. Então
661 não coloca como critério formal. O governador, Boqueirão da Onça não é esse? Lá na
662 Bahia. O governador é a favor da unidade de conservação, mas ele tem um desgaste
663 político se ele se manifestar. Então, se você cria isso como critério, você está dando um
664 tiro no pé. Não é isso? Quer dizer, então a gente que estamos todos do mesmo lado, e
665 estamos todos do mesmo lado porque eu quero insistir, secretário de meio ambiente está
666 entre o governo, a sociedade civil e o Ministério Público. Na época que eu fui secretário
667 o nosso promotor chefe era o Herman Benjamin. O Herman ligava para o presidente da
668 CETES e ameaçava prender, Tomás. Era isso? Vou te prender. Então, eu acho que esses
669 critérios de participação têm que nos ajudar no licenciamento. A história da ABEMA, da

670 Mata Atlântica, eu fiquei um pouco chocado também, até porque eu não participo da
671 ABEMA, mas o Capô e eu elaboramos o decreto 750 antes da lei da Mata Atlântica. E o
672 decreto 750 era um processo de consulta com os estados que os estados iam definindo
673 as tipologias, lembra, Capô? De vegetação através dos conselhos estaduais. Volta. Às
674 vezes você tem uma área de Mata Atlântica que é possível que a União se manifeste e
675 não um estado. Até porque do ponto de vista constitucional, o que eu quero dizer é que
676 o problema da lei que foi aprovada é que ela vai acabar judicializando. Quer dizer, a
677 insegurança jurídica vem. No caso da Mata Atlântica, como outros biomas, é patrimônio
678 nacional. Então é muito difícil que um patrimônio nacional você possa excluir a
679 participação do órgão federal na manifestação. E acho que dá para conversar, não
680 precisa retirar do órgão federal. E voltando também a essa questão que eu estou
681 propondo para o IPEA, é que a gente trabalhe também nessa questão União, estados e
682 municípios. Porque quando eu fui presidente da ABEMA, você tem em São Paulo, mais
683 recentemente Amazonas, mas tem estados que a precariedade dos órgãos ambientais
684 amapa. Por quê? Porque é um estado pequeno, com uma população pequena,
685 orçamento pequeno, municípios. Quando a União, quando a Constituição fala em
686 municípios, nós estamos falando desses milhares de municípios, tem municípios que tem
687 toda a condição de ter autonomia no licenciamento ambiental, porque tem população,
688 tem orçamento. É o caso de São Paulo. O município de São Paulo, eu acho que devia
689 licenciar mais do que licencia. Ele prefere não licenciar porque ele prefere para o estado.
690 Ele não monitora a poluição que ele poderia monitorar a poluição do ar. Aliás, um tema
691 novo, Taveira, que eu estou propondo para o Capô, é uma resolução do Conama sobre
692 incêndios florestais, porque nós não temos regulação no Brasil sobre poluição de
693 incêndios. Isso serve para São Paulo. Nós temos poluição industrial, poluição veicular,
694 mas é um tema novo, inclusive, nos Estados Unidos. Então, pessoal, eu vim aqui dizer
695 que eu acho que estamos juntos nesse mesmo barco. Quer dizer, acho que o desafio é
696 fortalecimento mesmo. Nós estamos operando com muita fragilidade e pagamos uma
697 conta que não é nossa. É até um pouco paradoxal, porque se reclama do licenciamento,
698 mas não se fortalece os órgãos estaduais de meio ambiente com raras exceções. E
699 pegando o meu tempo nos últimos 40 anos, vocês vejam, está lá o Mario Mantovani, que
700 tem essa cara de bobinho, mas está lá impossível na Fundação Florestal. Estão até

701 pedindo para o Mario Mantovani ser presidente do IBAMA, porque não aguentam. Mario,
702 você está ouvindo? Mas o fato é o seguinte. Pega as atribuições governamentais de 30,
703 40 anos atrás, Adalberto quase de hoje. Por exemplo, Fundação Florestal São Paulo, ou,
704 estou acabando, de Semibil ou qualquer outro. Só olhar, quer dizer, unidade de
705 conservação existia, mas ela ganhou força a partir do Sinuc. São Paulo tem 32% do
706 território coberto por unidade de conservação. Qual é o orçamento, Tomás, da Fundação
707 Florestal? Alguma coisa entre 150 a 180 milhões, dos quais a maior parte é da venda de
708 resina. São Paulo tem florestas plantadas. E qual foi a consequência? Caiu o preço da
709 resina no mercado internacional de 4 dólares por 1 dólar e a Fundação Florestal quase
710 colapsou. Então, pessoal, o que eu acho que é o ponto de convergência entre nós é o
711 fortalecimento institucional, com um diagnóstico claro da situação. Isso não tem caráter
712 político partidário, mas ter o fortalecimento, ter como eu tenho defendido um grande
713 empréstimo internacional para esse fortalecimento. Vou explicar por que há alguns anos
714 eu entrei na sala do Serra, Governador, e ele estava assinando um contrato com o Banco
715 Mundial de 10 milhões de dólares. Serra, São Paulo, precisa de 10 milhões de dólares?
716 Fábio, você não entendeu nada. Para garantir continuidade, empréstimo internacional é
717 um mecanismo que garante continuidade nos outros governos. Fortalecimento através
718 de um dinheiro internacional dos órgãos e voltando à IPEA. Quando a gente trata
719 município, levando em conta os quase 6 mil municípios brasileiros, vamos criar uma
720 tipologia específica porque não dá para comparar São Paulo com qualquer município. E
721 até nos colegiados que tem São Paulo, de gestão, do Alto Tietê, o prefeito de São Paulo
722 vai uma vez, porque ele está lá, quarto orçamento do país, e ele divide o voto com Embu-
723 Guaçu, que tem 20 mil habitantes. Vai mais. Então, a minha conversa aqui, dizer que
724 estou à disposição, estou finalizando, nós estamos fazendo com os tribunais de conta do
725 país, tem uma instituição deles, uma reunião de Mata Atlântica que vai ser no Espírito
726 Santo, uma de Semiária do Caatinga vai ser no Ceará, inclusive, dizer para vocês que os
727 tribunais de conta do Pernambuco e outros fizeram uma auditoria de combate à
728 desertificação muito interessante, você conhece isso? Então, estou propondo essa
729 aproximação. A do Mato Grosso, o Pantanal vai ser no Mato Grosso do Sul, até porque,
730 não sei se vocês sabem, o Supremo determinou que se regulamente o artigo 225 da
731 Constituição sobre Patrimônio Nacional e é importante para nós, porque o problema do

732 Pantanal está nas cabeceiras dos rios fora do Pantanal. Vamos fazer na Amazônia,
733 estamos negociando Taveira, não queremos fazer nem em Manaus, nem em Belém,
734 porque vocês acabam monopolizando, os outros Estados reclamando. Então, talvez seja
735 Roraima ou Roraima ou Roraima ou Amapá. O Acre e o Cerrado vai ser em Goiânia.
736 Então, para formar uma agenda com vocês de fortalecer essas questões. Inclusive, do
737 ponto de vista concreto, quer dizer, se o Estado está operando sem nenhum recurso,
738 então, quer dizer, o Tribunal pode ajudar, porque o Tribunal tem uma vantagem em
739 relação ao Ministério Público. O Tribunal tem poder de recomendação e o poder de
740 recomendação, vou contar uma história que o Taveira acompanhou, a história lá do
741 Sauim de Coleira, não sei se vocês sabem. Quem? A Rita acompanhou. Ela quase
742 apanhou. Você foi na audiência pública? Não, você fugiu, porque ela, o Zé Pedro, o
743 Mauro, quase apanharam lá, roubaram a lista de presença, enfim, coisas. Quer dizer,
744 mas isso é um elogio para você, não é isso? Quer dizer, o Sauim de Coleira, o Brasil tem
745 o maior número de primatas, não sei se vocês sabem, nós temos a maior diversidade de
746 primatas, macacos no mundo e entre eles, o maior número de espécies ameaçadas de
747 extinção. Eu, pessoalmente, estou trabalhando muito com o Muriqui, por que dei aula fora
748 do Brasil com a principal especialista e não conseguimos criar uma unidade de
749 conservação lá entre Manaus e como é o nome da cidade? Itacoatiara. Itacoatiara. E daí
750 nós fomos numa delegação, o Mittermeier, presidente da associação Academia Brasileira
751 de Ciências, Zakarin, que tinha sido presidente de Sociedade de Primatologia, com o
752 Júlio Pinheiro. E o Júlio chamou o prefeito de Itacoatiara. O Tribunal de Contas aprova
753 contas de prefeito e governadores. E o prefeito, que era contra, ficou a favor. E aí a
754 mensagem explícita, muitas vezes, do Tribunal de Contas, olha, suas contas vão passar
755 aqui. Eu não posso falar isso tão explicitamente, mas é isso. E conseguimos, porque era
756 uma terra que era da União, terra devoluta, e esse deputado que pediu a cabeça do
757 Taveira, ele quer implantar o empreendimento do INCRA de assentamento rural, numa
758 área totalmente inadequada, que não está implantada ainda. Então, dizer para vocês
759 que, quer dizer, essa agenda com os Tribunais de Contas tem que ser construída com
760 vocês. Quer dizer, eu acho que eles podem ser um aliado até de revelar fragilidade. E
761 coisas concretas, Taveira. Quer dizer, o Estado do Amazonas tem condições de receber
762 recurso internacional, quem é a instituição, lá em São Paulo, estou conversando com

763 Anderson Thomaz, qual é a instituição que pode eventualmente receber recurso
764 climático. E aqui, voltando ao licenciamento, eu devo dizer para vocês que nós perdemos,
765 na minha opinião, uma oportunidade de ter uma lei geral de licenciamento mais aberta,
766 mais robusta e menos particular e peculiar. Quer dizer, eu acho que ela devia ser uma
767 tipologia mais aberta e você regulamentar depois. Essa questão de excluir licenciamento,
768 eu acho que vai gerar um problema sério que é a judicialização. Então, a segurança
769 jurídica que se pedia não vai acontecer. Questão, por exemplo, de ouvir a questão de
770 FUNAI, o SNB ou o FUNAI, eu até posso falar, ao contrário da Rita, nós estamos tendo
771 muito problema de invasão de unidades de conservação por indígenas. Quero
772 podermizar com você, mas tenho conversado com Capô, quer dizer, havia até uma ideia
773 de colocar ainda no Parque Nacional do Iguaçu, estou contando para vocês, eu superado.
774 Então, quer dizer, também se encontra o problema da fragilização desses órgãos. O
775 FUNAI não tem gente. São Paulo, quando é fato, é a mesma coisa. Você não quer ouvir
776 o órgão, porque o órgão está totalmente desestruturado. Então, pessoal, me estendi
777 demais, se vocês me permitissem, eu gostaria muito de a gente estabelecer essa agenda
778 de fortalecimento do Sistema, do ponto de vista institucional, de pensar não para este
779 governo, para os próximos governos, financiamento parrudo para o Sistema Nacional do
780 Meio Ambiente, quer dizer, enfim. E até, Taveira, com a ABEMA, porque a ABEMA, vocês
781 sabem melhores a fragilidade dos órgãos estaduais que ocorreram de nós. E também o
782 da ANAMMA, dizer que eu acho que os municípios podiam ter uma atuação maior, não
783 só no licenciamento, mas, por exemplo, na questão de clima, quer dizer, plano diretor e
784 uso do solo tem muito a ver com o clima, mitigação e adaptação. Então, eu vejo fazer
785 projeto de contratar o ING para fazer plano de clima, mas se não tiver no plano diretor e
786 no zoneamento, não adianta nada. E também, em relação a ABEMA, um comentário que
787 eu gostaria, depois de desenvolver, eu acredito que pela legislação brasileira e pela
788 Constituição, região metropolitana é competência do Estado, não é do município. Então,
789 eu estou defendendo muito que os planos de clima, mitigação, sejam do Estado na
790 perspectiva de região metropolitana. Quer dizer, porque não tem cabimento a cidade de
791 São Paulo fazer e os outros municípios não fazer. Então, eu estou propondo uma agenda
792 aqui que eu acho que a gente passaria para outro lado. Por fim, meu único comentário,
793 eu fui deputado há 12 anos, com muita descrição, tomei uma decisão aí, nesses últimos

794 anos, estou tentando acabar um livro sobre a constituinte, os 40 anos, não cair na
795 polarização. Eu acho que é uma armadilha para a área de meio ambiente cair na
796 polarização entre direita e esquerda. Nós não devemos cair nessa polarização. Eu citei o
797 caso do Nixon, mas eu quero citar o caso da Margaret Thatcher. Ninguém pode dizer que
798 ela era de esquerda. Ela foi a primeira chefe de Estado a compreender a mudança do
799 clima, porque ela era química de formação. Então, nós temos que fazer um esforço
800 gigantesco de não cair na polarização, porque a polarização nos prejudica muito. Acho
801 que as pontas não estão conosco necessariamente. Então, eu acho que esse é o papel
802 do secretário de Estado. Conversar com o governador, explicar que nossos temas não
803 são temas que admitem polarização, até porque nós acabamos sendo prejudicados,
804 porque a extrema-direita, o lado mais conservador, não fica conosco, como eu acho que
805 a esquerda também não é solidária e não fica conosco. A gente acaba ficando órfão
806 nesse processo. Totalmente órfão nesse processo. E, por fim, eu estou propondo para
807 vocês, eu já falei com o Capô, com o Taveira, eu falo muito rápido, porque ele não vai
808 nas audiências públicas. É brincadeira, Taveira. Mas acho que a gente devia fazer uma...
809 E é a culpa do Adalberto que não está trabalhando como devia. Eu estou achando que
810 ele está muito queimadinho de sol. É muita viagem, muito queimadinho de sol. Vai lá para
811 Piracicaba, encontra André lá. Mas eu acho que a gente devia fazer uma resolução do
812 Conama sobre a incorporação da dimensão climática em empreendimentos no
813 licenciamento. Tanto mitigação quanto adaptação. No caso de adaptação, porque se não
814 for incorporada a adaptação, muitos empreendimentos serão prejudicados. E é uma
815 agenda positiva, concorda comigo? Eu acho que esse seria uma coisa interessante da
816 ABEMA trabalhar de fazer uma resolução do Conama, porque o Capô há muito tempo
817 me criticou, disse que você largou a biodiversidade e adaptou o clima, mas o fato é que
818 o tema do clima é o maior desafio que a gente tem e tem que colocar na agenda. E uma
819 resolução do Conama é bom para o empreendedor e para o empresário. Eu vou fazer
820 uma infraestrutura, qual será o impacto, elevação do nível do mar, chuvas muito intensas,
821 que é o caso da Serra do Mar. Aliás, para finalizar, já finalizei oito vezes, a Serra do Mar
822 está considerada como patrimônio nacional. Essas são histórias de congresso. Quando
823 puseram Serra do Mar, eu achei que não tinha cabimento. Foi o deputado, que era ex-
824 presidente do Flamengo, que pôs. Serra do Mar tem que ter uma regulação nacional,

825 porque ela é muito vulnerável geologicamente. Chuvas muito intensas, elas virão abaixo.
826 Quer dizer, mudança do clima na Amazônia hoje é secas prolongadas, na Caatinga e no
827 Semiárido também. Na Serra do Mar, são deslizamentos por causa da instabilidade.
828 Então, trabalhar um pouco nessa agenda e, viu, Taveira, eu acho que nós perdemos a
829 iniciativa. Eu acho que o outro lado tomou a iniciativa e nós estamos sempre correndo
830 atrás do prejuízo, Capô. Com a dificuldade, como eu disse para vocês, que não tem um
831 deputado, um senador eleito em cima da agenda ambiental. Você tem gente muito
832 competente como Hilton Tato, que é ótimo. A gente tem o Cantarato, mas a gente não
833 tem gente nossa. E aí é uma sugestão para os secretários serem candidatos a deputado,
834 que ninguém quer, porque a campanha dá trabalho. Campanha dá trabalho, eu estou
835 dizendo para vocês, mas enquanto a gente não tiver representação nos parlamentos, nós
836 vamos estar sempre com muita dificuldade. Então, isso é um recado meu para vocês,
837 porque eu acho que, Viltaveira, eu estou imaginando você deputado federal no lugar do
838 Plínio ou do Senador. Não, mas eu estou falando sério. Há uma dificuldade, você não
839 tem interlocução. O Plínio foi deputado federal pelo PV, acredite se você quiser. Ele foi
840 do Partido Verde, o Plínio. E o Capô, aqui é um apelo para o Capô. Toda eleição, o Capô
841 tem uma crise existencial de ser candidato ou não ser candidato. E eu acho que tem
842 que... Não, mas, Rita, eu estou falando sério. Não, eu estou fazendo porque eu tenho
843 liberdade. Eu fui 12 anos, quer dizer, deputado político no Brasil é um ônus, não é o
844 contrário do que a imprensa fala.

845 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) – O**
846 primeiro é que ele disse que se ele for eleito, ele vai perder o cargo por falta de decoro.

847 **O SR. FÁBIO FELDMANN –** Não só isso, como ele vai ter voto de todos os maridos das
848 ex-namoradas que vão impugnar a candidatura do Mario. Mas eu estou falando sério.
849 Nós temos que aumentar a nossa representação parlamentar. Nós não temos
850 interlocução. Obrigado, Capô. E queria depois estabelecer essa agenda via outaveira dos
851 tribunais de conta com vocês.

852 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
853 **- ABEMA) –** Obrigado, Feldmann. Acho que, além do livro que está para completar, acho
854 que eu daria uma boa série de podcasts. Acho que resgatar essa... Não sei quem

855 acompanhou a da CBN sobre o Real. Acho que foi um dos melhores. Acabaram pegando
856 muitas pessoas envolvidas diretamente. Acho que essa memória é extremamente
857 relevante para quem está começando. Então, fica a sugestão. Além do livro, a produção
858 de um podcast.

859 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Primeiro, queria agradecer,
860 Fábio, a você ter vindo. Muito bom te ouvir. Acho que teria assunto para uma reunião,
861 mas que seja a primeira de muitas que você esteja aqui com a gente. Você está
862 convidado a fazer parte do Departamento de Apoio ao SISNAMA. Por quê? Porque a
863 gente realmente precisa dessa sua clareza, dessa sua visão para essas ações que a
864 gente está construindo com o IPEA, junto com a ABEMA e com a ANAMMA. A ABEMA
865 e a ANAMMA têm sido parceiras fundamentais para a gente repensar a governança do
866 SISNAMA e a gente está com esse projeto de criar um plano de governança que tenha
867 justamente esse caráter que você falou, uma perspectiva de política de Estado que tenha,
868 independente de gestão, uma perspectiva de alguns anos de continuidade para que a
869 gente possa reestruturar nosso sistema. Então, assim, com relação a essas propostas
870 que você trouxe, eu gostaria de sugerir já como encaminhamento da Comissão Tripartite
871 Nacional, que a gente fizesse uma agenda, uma reunião, a gente pode até pensar, a
872 partir disso, um seminário para falar sobre o fortalecimento do SISNAMA e essas ações
873 que você está trazendo. Então, queria trazer isso como uma proposta de
874 encaminhamento. E para essa reunião de hoje, você trouxe muitos pontos de vista muito
875 importantes sobre essa questão da origem do PL e toda a possibilidade que a gente tinha
876 de regulação do licenciamento ambiental com outra perspectiva. A gente fez pelo
877 DSISNAMA um esforço para essa reunião de construção da possibilidade de uma
878 orientação conjunta. A partir dos documentos técnicos que foram elaborados, tanto pelo
879 Ministério do Meio Ambiente, quanto pela ABEMA, quanto pela ANAMMA, em especial
880 com relação ao PL que estava em discussão no Senado. O MMA fez um esforço também
881 de construção de um posicionamento com relação às emendas que saíram do Senado.
882 Mas a gente consolidou isso em 11 pontos de discussão que a gente fez uma provocação
883 para que os entes federativos trouxessem as suas perspectivas. E, conversando um
884 pouquinho com a ABEMA, acho que o Taveira vai poder falar, o Mauren também. Mauren,
885 bem-vinda. Que bom que você está aqui com a gente. Eles trouxeram o desafio de

886 discussão com os estados sobre um posicionamento comum, mas que já era possível a
887 gente conseguir fazer um olhar sobre onde temos mais convergência e onde precisamos
888 de aprofundamento. Gostaria de fazer um convite para que a gente pudesse fazer esse
889 debate com base nesses 11 pontos que foram colocados e outros temas que vocês
890 considerem fundamentais para que a gente avance em uma convergência.

891 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
892 **- ABEMA)** – Obrigado, Marcela. Só vou coordenar aqui, na minha contagem, o Mantovani
893 levantou primeiro, depois o Marçal, depois o Tomás e a Maurin. Então, ficou nessa
894 relação. Eu faço aqui já para que a gente possa entrar de maneira prática na discussão
895 dos pontos que você trouxe, mas, obviamente, também o espaço para fazer
896 considerações às importantes falas que o Feldmann trouxe para a gente. Então, vou
897 passar por ordem aqui do que eu consegui anotar para o Mario Mantovani, para as suas
898 falas, depois o Marçal e o Tomás que estão presencial e a gente volta para a Mauren.

899 **O SR. MARIO MANTOVANI** – Só para agradecer as elogiosas referências do Fábio, mas
900 eu vou passar para o Marçal, porque eu tenho outra conversa aqui e depois eu volto para
901 a gente fazer comentários, principalmente pela seguinte situação. Não se deve colocar
902 temas como esse no Congresso Nacional. Qualquer outra instância seria interessante.
903 Hoje o Congresso Nacional, para a gente, é um retrocesso garantido. Eu vou dizer isso
904 com relação à Lei da Mata Atlântica ou qualquer outra história no licenciamento
905 ambiental. Mas eu passo para o Marçal, que me representa aí. Vai lá, Marçal.

906 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Bom
907 dia a todos. Capô, Taveira, cada futura deputada Mauren, se Deus assim permitir ter você
908 no Congresso, vai ser uma honra para a gente começar a debater. Deputado Fábio, é
909 muito importante e nós temos que registrar que tudo ocorre nos municípios. Os impactos
910 são locais e os municípios são sempre o último a serem escutados. Nós temos tido muita
911 dificuldade com todos os estados. Uns avançam mais, outros avançam menos, mas o
912 retrocesso ambiental dessa Lei do PL, da devastação, ela precisa ser e ter uma reação,
913 mas muito forte com relação a isso. Nós conversamos com o doutor Paulo Bessa, com o
914 professor Taudem, com a doutora André Strucker, todas as ações no âmbito jurídico que
915 puder ser feita, a ANAMMA vai buscar a defesa do meio ambiente. E aqui, mais uma vez,

916 repudiar a atitude do Senado no que foi feito com a ministra Marina. Eu fico indignado e
917 não consegui ainda digerir tamanha falta de educação, de bom senso com uma pessoa
918 que tem dedicado a vida às gerações futuras. Isso deixa muito, mas muito revoltado. Nós
919 não estamos falando de esquerda nem de direita. Nós estamos falando de ação da
920 preservação da vida. Então, eu fico muito feliz, deputado Fábio, quando venho aqui ouvir
921 essa aula, e vou agradecer a você mais uma vez, Capô, sua condução na tripartite, no
922 CONAMA, nessa sua ação de bom senso, de sempre usar o braço firme da legalidade e
923 a ponderação de ouvir todos os antagônicos. É isso que nós temos que fazer com os
924 municípios, para que nós possamos chegar à convergência que o senhor está dizendo,
925 deputado. Mas precisamos desarmar o espírito. Tem que acabar o palanque. O meio
926 ambiente não tem palanque. Tem cuidado das pessoas. Tem cuidado do social. Nós
927 estamos aqui, mais uma vez, vamos fazer uma consulta pública sobre a queima da palha
928 da cana no nordeste. Agradecer ao DSISNAMA. Mas é um fato social de uma relevância
929 crucial. Meu município tem 40 mil habitantes, nós temos 3. 200 cortadores de cana. Uma
930 decisão não feita lá em Onuarama. Está deixando uma insegurança jurídica, gerando um
931 problema imenso. E mais uma vez, o DSISNAMA, o Conama foi instado a participar e
932 nós estamos dando e vamos dar nossa contribuição para que cheguemos a uma ação
933 onde possa ter o bem comum. O prazo de ação, mas que as pessoas sejam ouvidas, que
934 o meio ambiente seja preservado. Nós estamos com a área antropizada com mais de
935 milhares de anos. Pasmé botou para o Ibama licenciar. Então, essa é uma pauta. E nos
936 informes gerais, eu quero ainda fazer mais um pedido ao DSISNAMA, ao Conama.
937 Parabéns pela condução, foi um prazer estar aqui com você. Taveira, muito obrigado.

938 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
939 **- ABEMA)** – Obrigado, Marçal, pelas palavras e também, obviamente, pelas importantes
940 considerações. Eu passo agora para o Tomás, presidente da CETESB, para a
941 manifestação.

942 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**
943 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** – Obrigado. Bom dia a todos. É só
944 reagir um pouco às falas do deputado. O deputado mesmo é só o Fábio Feldmann. Tem
945 vários candidatos aqui, mas o deputado mesmo é só o Fábio Feldmann. Mas a gente

946 sempre é o nosso deputado constituinte. Mas, acho muito bem pontuada a questão do
947 fortalecimento institucional. Essa, sem dúvida nenhuma, é uma pauta que nos une a
948 todos aqui na partite. A gente, a CETESB é um Estado muito industrializado. A gente
949 regulamentou o licenciamento ambiental lá em 76. Eu assumi a CETESB agora em
950 janeiro de 23. Só na minha gestão, de janeiro de 23 até março de 25, nós emitimos 52
951 mil licenças ambientais. Para vocês terem uma ideia da escala em que essa ferramenta
952 é aplicada no território paulista. O fortalecimento institucional foi fundamental para a
953 gente conseguir melhorar o desempenho da aplicação dessa ferramenta. A gente
954 contratou 224 novos funcionários para a CETESB. Estava 12 anos sem concurso. O
955 DAIA, que veio para a CETESB. Era um departamento lá da secretaria que fazia o
956 licenciamento das obras de infraestrutura, principalmente. Mas as obras que dependem
957 de avaliação de impactos ambientais. Veio com 86 técnicos em 2009. Em janeiro de 23,
958 esse quadro tinha caído para 43 técnicos, para metade. Conseguiu colocar 9 técnicos no
959 primeiro ano, mais 40 técnicos no segundo ano. Então a gente colocou já mais 49 e tem
960 um pedido encaminhado para a contratação de mais 17. Para isso, para a CETESB ter
961 esse poder de contratação e poder ser bem-sucedido nos pleitos de contratação, é
962 fundamental a gente ter a nossa sustentabilidade financeira. A CETESB arrecada 80%
963 do seu orçamento por meio das cobranças de licenciamento ambiental. Então o Estado
964 entra com 20% de subvenção. O restante é arrecadação própria. E a CETESB também
965 é muito solicitada por outros órgãos estaduais e a gente agora tem cada vez mais
966 trabalhado na relação Estado- município, porque São Paulo realmente o pessoal ficou
967 mal acostumado lá. A gente só tem 90 municípios dos 645 licenciando no Estado de São
968 Paulo. Então é um percentual muito pequeno, diferentemente de outros Estados. A gente
969 tem trabalhado muito nesse incentivo ao licenciamento municipal principalmente com
970 capacitações. Então só no ano passado a gente capacitou 330 agentes municipais para
971 o licenciamento ambiental. Então transferindo a experiência, conhecimento que a
972 CETESB tem na prática do licenciamento ambiental para que os municípios possam se
973 unir à CETESB na gestão do território paulista. Então acho que é fundamental esse ponto.
974 A gente precisa de fato encontrar uma forma de trabalhar esse assunto caso a proposta
975 de evento vá à frente. Desde já eu gostaria de colocar à disposição a nossa casa
976 CETESB. O secretário, Fábio Feldmann, vai se sentir em casa, já que ele está ocupando

977 um cargo voluntário de apoiador do DSISNAMMA. Pode contar com o nosso espaço e
978 com a nossa participação, o apoio na organização. A gente já tem contribuído nas
979 discussões do estudo de fortalecimento da governança que está sendo conduzido aqui
980 pelo Ministério. E sobre o PL, acho que depois a gente pode discutir ponto a ponto.
981 Preciso até entender a proposta porque não sei se o objetivo talvez seja a gente discutir
982 as emendas mais objetivamente e não fazer uma discussão mais aberta. Mas concordo
983 com o deputado também em lembrar que em 2014 nós tínhamos uma proposta da
984 ABEMA de atualização das resoluções com ANAMMA 01 e 237 justamente para fazer
985 uma modernização do licenciamento ambiental. Mas em 2015 essa proposta foi
986 arquivada por decisão do Ministério do Ambiente para levar a discussão justamente para
987 o Congresso. E, além disso, nesse momento o projeto de lei, que era uma lei geral, tinha
988 em termos de 8, 10 artigos, ela foi inundada com diversos dispositivos que são de certa
989 forma também perigosos porque a realidade econômica é dinâmica. Daqui 5, 6 anos vai
990 estar tudo defasado. Mesmo que essas dispensas tenham sido estabelecidas lá são
991 outras atividades que vão surgir, outros portes. Por isso que a gente vinha defendendo
992 muito a possibilidade de uma regulamentação de porte potencial poluidor pelos Estados.
993 Acho que são essas as considerações gerais. Se a gente for entrar em ponto a ponto do
994 licenciamento, a gente pode entrar. Só a questão da anuência de Mata Atlântica, mais
995 uma vez, é importante a gente reconhecer que as propostas, as soluções nem sempre
996 são as melhores, mas elas surgem antes que o som surge porque a gente tem um
997 problema. E a anuência não está funcionando. Ela não funciona. Principalmente por falta
998 de pessoas para conduzir a anuência nas superintendências do IBAMA. A gente fez todo
999 esse fortalecimento na CETESB para gerar, isso certamente vai gerar um volume maior
1000 de demandas e o IBAMA precisa também de técnicos para poder processar essa
1001 anuência. Então assim, os prazos de tramitação da anuência, eles nunca atendem os 6
1002 meses previstos na regulamentação. Em muitos casos, a discussão que, em tese, seria
1003 para se discutir apenas a Mata Atlântica, o fragmento de Mata Atlântica, seja onde vai se
1004 realizar a supressão de vegetação ou seja no esforço de compensação para se ter uma
1005 visão mais, inclusive, além do Estado, que só o IBAMA poderia ter essa visão federativa,
1006 a gente cai numa discussão de monitoramento de fauna. Uma discussão muito além do
1007 que seria uma anuência de supressão de vegetação. Esse é um problema nosso, como

1008 técnico, a gente poderia sentar discutir uma solução mais adequada e ter uma solução
1009 acho que melhor para o caso. Obrigado.

1010 **O SR. FÁBIO FELDMANN** – A 237 foi resultado da ação da ABEMA e do CONAMA. O
1011 que aconteceu? A constituição não estava regulamentada e daí a tentativa de criar um
1012 mecanismo deu através da 237 que foi conduzida pela ABEMA, eu, inclusive, pelo Clarice
1013 Mino, porque eu estava fora era presidente da ABEMA, mas registrar foi uma tentativa
1014 de, antes de ter uma lei complementar 40, você ter um instrumento que permitisse
1015 entendimento de quais seriam as competentes. Desculpa, Taveira, mas eu acho que para
1016 a ABEMA é importante registrar que foi muito importante na negociação.

1017 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1018 **- ABEMA)** – Inclusive está registrado no documento que a gente elaborou aqui, inclusive,
1019 com resgate de todas as documentações enviadas. Até sugeri depois para a gente
1020 compartilhar a máquina dos documentos dessas manifestações. Eu vou passar para o
1021 Maurin e aí depois volto aqui com Capobianco e o Mario Mantovani que abriu ali a sua
1022 precedência. É, exato.

1023 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Bom dia, vocês
1024 me ouvem bem?

1025 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1026 **- ABEMA)** – Sim, escutamos bem, Maurin.

1027 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Que bom. Bom,
1028 desculpa pela entrada tardia, mas eu estou aqui no evento do Ministério de Justiça e
1029 Segurança Pública. Um projeto que inclui a todos nós. Vários estados hoje foram
1030 premiados aqui pela manhã, eu fiz parte da abertura. Eu quero primeiro cumprimentar a
1031 Marcela, o secretário Capobianco, meu querido amigo Marçal, ele não gosta de mim, que
1032 ele deseja que eu seja deputada, ele sabe que eu não tenho essa pretensão, a gente
1033 sempre faz essa brincadeira aos demais colegas. Eu não consegui participar do início,
1034 mas os colegas me passaram o resumo das discussões. Eu ouvi atentamente a fala do
1035 Fabio e dos demais que o seguiram e gostaria de endossar as palavras dele no que diz

1036 respeito à centralização do fortalecimento do SISNAMA e dizer que muitos problemas
1037 que nós estamos debatendo aqui eles dizem respeito a essa fragilização do próprio
1038 sistema ou talvez a nossa ineficiência em atuar no dia a dia para fortalecê-lo. A Marcela
1039 tem sido uma entusiasta colaborativa de ouvir, nós temos reportado a ela em inúmeras
1040 situações, eu fico muito feliz secretário Capobianco quando a Nassu fala uma cobrança,
1041 mas também uma abertura para que seja feito um diálogo consistente em relação ao
1042 tema da Mata Atlântica ou até mesmo em relação ao próprio período do licenciamento.
1043 Porque nós já oficiamos inúmeras vezes em razão dos dois temas os estados que
1044 vivenciam o dia a dia a relação com o IBAMA em torno dos processos da Mata Atlântica
1045 já se manifestaram por inúmeras vezes, nós oficiamos, inclusive, a Casa Civil sobre o
1046 assunto. Em outra oportunidade nós também nos insurgimos quanto a conduta da adoção
1047 de medidas por parte do IBAMA em relação à instrução normativa 18 se eu não me
1048 engano 09 de 2024 que altera 18 nós procuramos o diálogo nós estávamos no curso de
1049 um seminário com o Ministério do Meio Ambiente para tratar de uma proposta de
1050 resolução consensuada sobre a SV e fomos surpreendidos pela regulamentação
1051 unilateral sem ouvir os estados do IBAMA porque que eu faço essa introdução secretária?
1052 Porque apesar do nosso esforço de nós sempre procurarmos o diálogo nós nunca nos
1053 furtamos a participar de nenhuma convocação convite do Ministério ou do próprio IBAMA
1054 para debater não há assim de certa forma uma reciprocidade evidente. Eu quero fazer
1055 da sua colocação um desabafo também e pedir que nós realmente possamos então
1056 fortalecer esse diálogo que ele é técnico e qualitativo. Nós temos inúmeros exemplos
1057 positivos de diálogos que foram frutíferos, nós mesmos sempre o citamos nas nossas
1058 reuniões com o secretário André, com o secretário Adalberto, mas há falhas na nossa
1059 condução aqui dentro do SISNAMA. A ABEMA tem procurado sempre distensionar as
1060 relações, a gente faz esse esforço interno, porque no dia a dia a atenção, porque essas
1061 situações elas criam embaraço, criam transtornos que nós temos que responder técnica
1062 e politicamente. Nós temos uma premissa na ABEMA, nossas manifestações não são
1063 políticas partidárias, nós não entramos em nenhum debate que tenha uma conotação
1064 política partidária para que possamos manter as nossas manifestações do ponto de vista
1065 técnico. Mas ainda precisamos criar um mecanismo mais eficiente de fortalecer o
1066 SISNAMA para que os órgãos estaduais e os municipais, eu concordo plenamente com

1067 o Marçal, que é nossa tarefa criar esse fortalecimento, que esta relação ela seja mais
1068 linear e menos hierárquica. Nós ainda vivemos, podemos citar exemplos de verdadeiras
1069 auditorias, e isso acontece do IBAMA por parte dos estados e alguns estados por parte
1070 do município, isso não é o SISNAMA, isso não está na lei complementar 140. Me
1071 perdoem a franqueza, mas nós estamos aqui tratando de um tema delicado que inclui o
1072 cerne do fortalecimento do SISNAMA, é isso que eu efetivamente penso e é isso que nós
1073 colocamos na nossa agenda prioritária da tripartite, o fortalecimento do SISNAMA e o
1074 fortalecimento desta relação federativa interinstitucional. Nós temos esse desafio, mas
1075 no dia a dia ele possui essas falhas. Secretário, eu queria pedir o apoio para que nós
1076 pudéssemos corrigir e fazer uma sugestão em relação ao PL do licenciamento, que inclui
1077 talvez muitos dos temas que tenham gerado essa fragilidade do SISNAMA, esses
1078 conflitos interfederativos no SISNAMA, interpretativos da lei complementar 140. A
1079 Marcela de fato encaminhou os pontos e reportamos a ela que não conseguimos, porque
1080 isso aconteceu na semana do meio ambiente, nós tínhamos muitas ações, não
1081 conseguimos reunir todos os secretários e nós procuramos encontrar os consensos e
1082 fazer manifestações que deixem de lado os dissensos, então não foi possível apontar.
1083 Há temas delicados, há temas delicados, que talvez o nosso posicionamento seja similar,
1084 mas a forma como está disposto possa gerar conflito. Então talvez o mais produtivo
1085 seríamos nós criarmos uma agenda, um calendário realmente de um grupo, a gente não
1086 gosta muito de falar de grupo de trabalho, mas talvez seja essa estrutura que nós
1087 tenhamos adotado aqui que possa se criar com uma agenda já pré-definida de algum
1088 tempo para que nós possamos discutir e aprimorar e fazer essa discussão qualitativa
1089 mesmo sobre os pontos, talvez seja mais produtora do que nós apontarmos aqui quais
1090 seriam os itens de conflito, porque exemplo, em relação à LAC, eu acho que nós não
1091 conflitamos, mas a redação é uma oposição, talvez nós tenhamos que amadurecer,
1092 vocês ouvirem o ponto de vista do Estado, nós ouvimos e quem sabe encontrarmos um
1093 mecanismo de criticar o que está na LAC naquilo que é nosso consenso. Eu não sei como
1094 fazer, mas é a minha sugestão e assim existem outros pontos, o ponto da Mata Atlântica,
1095 como citado, nós temos o ponto da atividade de plantio, que é a atividade agropecuária,
1096 assim incluída agricultura. Agricultura e a pecuária extensiva. E acho que um outro ponto
1097 que me gera dúvida, mas eu acho que não há dissenso entre nós, talvez seja uma

1098 interpretação diferente à participação social. Talvez a gente tenha que dirimir ali um
1099 pouquinho, discutir esses detalhes. É a minha sugestão, eu até tinha antecipado isso. Eu
1100 sei que o nosso tempo, nós corremos contra o tempo, mas nós também sempre primamos
1101 por uma manifestação que seja técnica. E aí, para não errarmos nessa manifestação
1102 técnica, para resgatar o que existe desse histórico, para que nós possamos conciliar o
1103 nosso ponto de vista, eu acho que seria importante ter uma reunião técnica ampliada,
1104 talvez uma agenda do dia inteiro, em que possamos ordenar as nossas manifestações.
1105 E eu acho que os pontos levantados pela Marcela, eles são muito assertivos. Só penso
1106 que temos que debater com maior profundidade.

1107 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1108 **- ABEMA)** – Obrigado, Mauren, pela fala, esclarecimento, também pelo posicionamento.
1109 Falou como vice-presidente que representa a associação. E eu passo agora, por fim, para
1110 o Mário Mantovani, que propositalmente ficou por fim para fazer toda... Não, não vou
1111 caçar a sua palavra. Desculpa, Mantovani, infelizmente você não ficou por último. É o
1112 Capô Bianco que vai ter essa missão, está bom? Desculpa, eu estou priorizando o Capô
1113 Bianco e te dando a oportunidade de ficar por penúltimo, está bom?

1114 **O SR. MARIO MANTOVANI** – Perfeito, tranquilo.

1115 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1116 **- ABEMA)** – Contigo, Capô. Contigo, Mantovani.

1117 **O SR. MARIO MANTOVANI** – Só para lembrar, essa questão da Mata Atlântica, e eu
1118 acho que o Capô falou muito mais nisso, porque eu sei dessa paixão que ele tem pela
1119 Mata Atlântica, pelo esforço que tivemos junto com o Fábio, de construir essa lei...

1120 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Você
1121 não tem não, é?

1122 **O SR. MARIO MANTOVANI** – Alô?

1123 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1124 **- ABEMA)** – Pode seguir, Mantovani.

1125 **O SR. MARIO MANTOVANI** – De construir essa lei que tem... Cada linha foi construída
1126 pela sociedade nos 15 anos de batalha que a gente teve. O grande lance é que, nos
1127 últimos tempos, mesmo com as apresentações que a gente vem fazendo, fazia na SOS
1128 Mata Atlântica com o Atlas, e tivemos mais de 10 anos de reunião com todos os
1129 secretários da Mata Atlântica, dos Estados, discutindo como podia melhorar a aplicação
1130 da lei e em fazer esse enfrentamento juntos. A SOS Mata Atlântica em nenhum momento
1131 se negou de fazer esse debate, e foi muito importante. A gente aprendeu muito de como
1132 aplicar a lei. Talvez por isso tenha tão poucos conflitos. Mas o grande conflito vem do
1133 Congresso. Quem acompanhou a lei da Mata Atlântica, nós tivemos dezenas de
1134 iniciativas de acabar com a lei da Mata Atlântica, inclusive do ex-ministro, que queria dizer
1135 que valia o Código Florestal e não a lei da Mata Atlântica. Então, exemplos que a gente
1136 tem de tentativas de destruição da lei da Mata Atlântica não foram poucos. O caso de
1137 levar essa emenda com relação à questão da Mata Atlântica é realmente criminosa,
1138 porque nós vamos só falando de incidência em cima dos 12% que têm a proteção da lei,
1139 as florestas secundárias, estágio médio e avançado. Então não tem sentido colocar isso
1140 como foi colocado agora, dessa forma de aparecer. Eu me lembro da discussão da
1141 ABEMA com relação à mineração, teve o nosso apoio, mas no caso de fazer a questão
1142 de problemas que a gente pudesse ter com relação a essa tipologia florestal, não tem
1143 nenhum sentido levar isso para o Congresso Nacional. O Congresso quer acabar com a
1144 lei da Mata Atlântica, já deu exemplos disso, e a gente conseguiu resistir a todos eles,
1145 com o apoio, inclusive, das secretarias de Estado. Nesse momento, era impensável esse
1146 tipo de ação que veio com relação à Mata Atlântica. Eu acho que, como disse a Mauren,
1147 a gente pode realmente superar, temos condição de fazer isso, e aí, Tomás, o problema
1148 do IBAMA de não fazer, a gente faz, depois passa isso para o próprio IBAMA. A
1149 capacidade de São Paulo, que é referência na gestão ambiental com relação à Mata
1150 Atlântica, desde sempre, desde que a gente começou o trabalho da SOS Mata Atlântica,
1151 é possível a gente superar. O que não é possível superar é ter isso no Congresso
1152 Nacional, é colocar essa floresta que já está no limite para ser realmente exterminada de
1153 vez. Então, eu peço a sensibilidade que a gente possa enfrentar essa questão da lei da
1154 Mata Atlântica fora dessa arena onde foi jogada para os leões a lei da Mata Atlântica.
1155 Vamos nessa, minha gente. Obrigado aí pelo espaço, Taveira, mais uma vez.

1156 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1157 **- ABEMA) –** Nada, obrigado pelos comentários. Mário, passar agora para o Capobianco.

1158 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**
1159 Opa! Bom, eu queria primeiro agradecer ao Fábio pela fala muito inspiradora e traz não
1160 só um conhecimento atualizado das questões, mas traz todo um passado de informação.
1161 É muito interessante. A gente vai ouvindo e vai viajando, lembrando e pensando. É
1162 muito instigante. Acho que foi uma fala muito instigadora mesmo, muito estimulante. Você
1163 não foi na parte técnica da questão, mas pegou um aspecto mais político, mais de
1164 relacionamento, de perspectiva, de visão de futuro. Então, agradeço muito. Acho que
1165 esse tipo de contribuição é muito importante em um ambiente como esse. Afinal de
1166 contas, todos aqui somos pessoas que estão com o encargo de atuar da questão que
1167 nos cabe, que é a gestão ambiental, considerando todas as obrigações e necessidades
1168 e compromissos de uma boa gestão ambiental. Então, desde o município, que o Marçal
1169 é um defensor muito grande, da maior participação dos municípios nesse processo.
1170 Porque, ao longo do tempo, nós sempre tivemos uma tendência de achar que os
1171 municípios não têm capacidade, não devem participar, os estados dependem, alguns
1172 estados, outros não, e fica muito para a união. Tem uma expectativa de que a união é
1173 capaz de... Ela que tem maior capacidade para resolver, ela que tem maior
1174 distanciamento dos problemas, está mais distante da pressão política, que ela seria mais
1175 competente para resolver aquelas coisas. Acho que a gente sempre teve esse viés
1176 equivocado. E o esforço nosso tem que ser, de fato, criar uma sinergia entre nós e um
1177 entendimento entre nós para avançar naquilo que essa comissão se propõe. A Comissão
1178 Tripartite Nacional é o espaço para a articulação dos entes federados na defesa do meio
1179 ambiente. Esse que é o objetivo dessa comissão. Esse projeto de lei, ele, aliás, ainda é
1180 projeto, foi falado no Senado, mas está quase na beirinha. Ele, do meu ponto de vista, e
1181 aí não estou falando como secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente. Estou
1182 falando como alguém que, não tanto quanto o Fábio Feldman, mas que colaborou para
1183 vários instrumentos legais que o Brasil possui hoje. Aliás, a Lei da Mata Atlântica é da
1184 autoria do Fábio Feldman. Essa que nós estamos falando aqui e que foi aprovada em
1185 2016, sancionada em 2016, sancionada em 2006, claro, sancionada em 2006, é da
1186 autoria do Fábio, de 1992, exatamente. Então, foram 14 anos de tramitação e quando

1187 nós assumimos o primeiro mandato lá do Presidente Lula, que eu tive a oportunidade de
1188 estar junto com a Ministra Marina, aliás, nós dois somos os únicos que tivemos lá e
1189 voltamos depois. Não sei como o Presidente Lula cometeu esse sacrilégio, mas o fato é
1190 que nós tivemos lá. A primeira coisa que nós fizemos foi trabalhar para aprovar a Lei da
1191 Mata Atlântica. Nós íamos aprovar na Câmara e no Senado. Aliás, ela estava no Senado,
1192 já estava no Senado, nós íamos aprovar no Senado. Foi super difícil, o Mário lembra dos
1193 embates com os Borhausens. Aprovamos no Senado, depois na Câmara foi uma
1194 hipopéia e depois seguimos lamentando. Então, foi um esforço muito grande e
1195 concentrado para uma lei extremamente moderna que trouxe um elemento fundamental,
1196 que foi exatamente o entendimento de que a Mata Atlântica, por ela ocorrer em um
1197 espaço territorial muito amplo, do sul ao norte do país, ela precisava de ter
1198 regulamentações específicas. E para isso, os Estados tiveram uma participação
1199 absolutamente fundamental na definição dos critérios, dos padrões mesuráveis, para
1200 você poder aplicar a legislação, porque ela inovou na ideia de que, como era um bioma
1201 muito impactado, ela precisaria ter políticas específicas para os vários estágios
1202 sucessionais, inicial, médio e avançado, e primário, que ainda resta, é um milagre
1203 absoluto, mas ainda resta muita Mata Atlântica primária. E nós, então, com a discussão
1204 com os Estados, isso que é muito importante, a Brasília e o Tomás, a gente sempre
1205 lembrar, não foi de cima para baixo, foi no Conama que nós fechamos. Com os Estados,
1206 em acordo com os Estados, nós tivemos aí uma série de regulamentações para ser
1207 implementada a legislação. Agora, o que nós temos diante de nós aqui, para muito além
1208 da Lei da Mata Atlântica? Nós temos um projeto de lei, que ele parte do pressuposto de
1209 que o problema do licenciamento é a demora. Esse é o pressuposto, a demora. E uma
1210 série de medidas são adotadas para agilizar o licenciamento. O impacto ambiental
1211 permanece. A lei não tem o condão de falar assim: Está proibido o impacto ambiental.
1212 Proíbe-se o impacto ambiental. A natureza não se auto-impacta mais. Então, os
1213 empreendimentos todos podem ocorrer, está certo, porque o impacto está proibido. Mas
1214 ela não consegue fazer isso mesmo porque isso é impossível. Então, o impacto vai
1215 ocorrer. E quem vai ser responsável pelo impacto ambiental? Somos nós. Nas suas
1216 diferentes instâncias, no município, no Estado. Quem é que vai ser responsabilizado por
1217 uma LAC aprovada de um empreendimento de médio impacto? Por exemplo, uma

1218 barragem de rejeito, que é médio impacto. Quem é que vai ser responsabilizado pelo
1219 dano que ela for provocar? Esse que é o problema que nós estamos discutindo. Ou
1220 mesmo a questão do licenciamento que nós discutimos ontem, né, Marçal?
1221 Licenciamento de estação de tratamento de esgoto. Quem é que vai cuidar? E quem é
1222 que vai cuidar dos lixões? Dos aterros sanitários? Vai ser tudo pro LAC? Pelo jeito que
1223 está na lei, vai ser tudo pro LAC. Vai ser tudo auto-licenciado. Então, são vários
1224 problemas que estão sendo colocados, que são graves. E eu acho aqui, pegando as
1225 palavras da Mauri, que nós temos uma oportunidade de exercitar aquilo que nós estamos
1226 nos propondo desde o início, em 2023, quando a gente recuperou a tripartite. Que era
1227 exercitar o entendimento entre os órgãos federados para propor soluções. E nós temos
1228 uma oportunidade. Por que nós temos uma oportunidade? Porque o governo percebeu
1229 claramente que é da forma como foi aprovado o programa federal. Da forma como foi
1230 aprovado, não pode ser, não deve ser. Está errado. Vai gerar uma enorme instabilidade
1231 jurídica, vai gerar um monte de ação no Supremo, vai gerar problemas de licenciamento.
1232 Então, vai agravar o problema. Essa é a avaliação hoje que o centro de governo possui
1233 disso. Então, nós tivemos com o deputado Hugo Motta, a ministra Mariana esteve com
1234 ele. Havia uma expectativa de que chegaria do Senado e seria aprovado na mesma
1235 semana ou na semana seguinte. Essa era a aposta que o setor mais aguerrido a esta
1236 proposta de flexibilização. Essa era a expectativa deles. E o deputado Hugo Motta
1237 garantiu ali com a ministra e depois com outros interlocutores que não seria assim, que
1238 haveria um tempo para decantar, entender melhor o que o Senado fez, permitir um debate
1239 sobre o que o Senado alterou na lei e abriu-se ali um espaço para trabalhar. Então, aí a
1240 Marcela de forma muito proativa e muito positiva fez uma proposta. Olha, nós temos a
1241 tripartite. São, em última instância, os maiores especialistas quem mais conhece a
1242 questão do licenciamento porque são os órgãos que estão lidando com o licenciamento
1243 vão buscar um entendimento entre nós. Se nós formos capazes Mauren, Thomaz,
1244 Taveira, Marçal e todos que estão aqui, se nós formos capazes de, em torno de um
1245 documento, identificarmos de forma conjunta determinados problemas e formos capazes
1246 de propor uma alternativa que preserve aquilo que avançou, que onde houve avanço, de
1247 fato, mas preserve esses avanços sem incluir algumas mudanças que, nosso ponto de
1248 vista, são muito graves. Se a gente pudesse fazer um entendimento entre nós, isso teria

1249 uma força enorme porque é isso que nós estamos precisando fazer agora. Qual é a
1250 alternativa? Repito, preservando os avanços que são positivos e tirando os que são
1251 negativos. Se a ABEMA, ANAMMA, o Ministério do Meio Ambiente, se unirem nessa
1252 avaliação, se forem capazes de produzir um documento conjunto, nós temos um espaço
1253 não é longo, não é muito tempo, mas nós temos aí um espaço, talvez, de um mês para
1254 fazer certo, para construir alternativas. Existe uma percepção de que o projeto ganhou
1255 uma reação na sociedade muito forte. Vocês estão vendo a mobilização que tem surgido
1256 muito intensa contra o projeto. É verdade que se apelidou o projeto da destruição. É uma
1257 força de linguagem. É aquela coisa da campanha. Eu não acho que nós devemos tratar
1258 de coisa dessa maneira porque, repito, ele tem alguns avanços que são positivos. Então,
1259 eu proponho, Marcela, a presidente aqui da sessão, que a gente pudesse combinar esse
1260 encontro técnico de preferência presencial, mas não necessariamente presencial, que
1261 nós pudéssemos sentar aqui com a moral em vista, durante um dia, trazendo todos os
1262 interlocutores relevantes para esse debate e buscar sair com alguns consensos entre
1263 nós, alguns entendimentos entre nós. Se nós fizermos isso, nós vamos ter um documento
1264 muito impactante. Vai ter um peso muito grande nas próximas semanas. Porque, no
1265 fundo, é isso que todos os lados querem. Todo mundo quer saber o seguinte: Bom, mas
1266 nesse projeto, sem jogar o bebê com água suja, o que eu posso fazer para arrumar? E
1267 como eu vou arrumar? E tem várias questões regimentais. Teoricamente, você não pode
1268 mudar mais nada que saiu da câmara. Mas a coisa atingiu tal grau de tensão,
1269 principalmente depois do episódio do Senado, que o Marçal se referiu, atingiu tal grau de
1270 tensão, ontem eu participei de um evento lá em São Paulo, que é discutindo o agro
1271 saneamento, é impressionante. As pessoas estão indignadas. Indignadas com o que está
1272 acontecendo. E acham que isso é absurdo. A própria secretária Natália esteve lá, também
1273 indignada com o que está acontecendo. Então, existem várias possibilidades, inclusive
1274 acordos com o Congresso que permitam, até no limite, um texto alternativo para ser
1275 aprovado em regime de urgência urgentíssima, em acordo com o Senado e Câmara.
1276 Existem vários caminhos que a gente pode trabalhar. Mas o mais importante nesse
1277 momento, eu repetindo as palavras da Mauren, é nós nos entendermos sobre pontos
1278 chaves, questões fundamentais. Aquelas que são realmente, para nós, consensos que a
1279 gente não deve permitir, ou melhor, vamos trabalhar para não permitir. Então, Marcela, a

1280 gente poderia pensar talvez não na próxima semana que tem o feriado, talvez na outra
1281 semana já marcar esse esforço conjunto, esse seminário técnico com entre Abema,
1282 Anamma e nós já deixar isso marcado para que a gente possa se reunir em um seminário
1283 de um dia inteiro e quem sabe sair do outro lado com um documento de consenso que
1284 vai fortalecer a nossa articulação todos nós e ao mesmo tempo vai abrir uma perspectiva
1285 de fazer correções nesse prédio de lei. Então essa é a minha proposta muito obrigado.

1286 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1287 **- ABEMA) –** Bom, obrigado, Capobianco. Tem mais alguma consideração? Acho que,
1288 em não havendo a consideração, o encaminhamento, Marcela, como o Capô colocou, e
1289 a própria Maureen também, é estabelecer essa agenda para essa reunião. A gente
1290 chama de seminário, concordo com a Mauren, para evitar chamar de GT, porque tudo
1291 quando a gente não quer resolver, a gente cria um GT. Cria o seminário para a gente já
1292 sair com uma proposta indicativa, uma oficina mesmo de trabalho. Uma oficina para a
1293 gente poder já sair com um desenho, projeta, UPL, as manifestações.

1294 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Tem
1295 um conjunto de indicativos.

1296 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1297 **- ABEMA) –** Já trabalha, já inclui. Eu acho que a própria ABEMA e a própria ANAMMA
1298 farão um trabalho já em paralelo, já de adiantar as discussões para, evidentemente,
1299 quando chegar o meu dia...

1300 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Eu
1301 até proponho que a ANAMMA e a ABEMA possam trabalhar em conjunto, como nós
1302 fizemos a conferência nacional, como nós fizemos tudo. Eu acho que todas as vezes que
1303 a gente senta com a ABEMA, a gente consegue adiantar e montar, e agora com você
1304 também. Então eu proponho que a gente faça essa interlocução primeiro entre a gente,
1305 que a gente tente fazer para quando trazer para o seminário, a gente já traga mais...

1306 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1307 **- ABEMA) –** Alinhado possível.

1308 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Mais
1309 alinhado possível para a gente resolver as divergências.

1310 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1311 **- ABEMA)** –Acho uma excelente proposta, Marçal. Então, da parte aqui da ABEMA e da
1312 ANAMMA, a gente se organiza previamente à reunião, já para trabalhar esses pontos
1313 específicos. Eu acho que do ponto da manifestação formal da ABEMA, ela está se
1314 baseando em dois pontos, em dois itens específicos, e eu acho que dos dois itens
1315 específicos, talvez a LAC, seja que a gente tenha uma disponibilidade maior para esse
1316 tempo. Então, mas isso pode ser composto...

1317 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Dos
1318 municípios, nós temos várias ações, uso de ocupação do solo. Então a gente precisa
1319 sentar e...

1320 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1321 **- ABEMA)** – O que não impede, que aí é o ponto que eu acho que vale a pena a gente
1322 reforçar, do ponto de vista da ABEMA, a indicação de apoio de dois itens específicos da
1323 lei pela ABEMA não é excludente do apoio da ABEMA em outros itens que são...

1324 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Mas
1325 a gente já para buscar os vetos, trazer o nosso jurídico da ANAMMA, Paulo Bessa,
1326 Taldem, que estão à disposição para poder ajustar, para a gente já pensar no legislativo,
1327 na ação para chegar com a solução no legislativo.

1328 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1329 **- ABEMA)** – Perfeito. Então podemos conduzir, e creio que a Marcela, como bem conduz
1330 aqui as reuniões, pode já passar as tentativas. Eu só peço, e aí vou falar como
1331 amazonense, que não seja muito para o final de junho, 26, 27... Se for, por exemplo, para
1332 mim, se for assim, até o final da semana que vem tem feriado, Corpus Christi.

1333 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Mas
1334 por essa causa, até o São João, nós nordestinos, deixamos de lado para fazer.

1335 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1336 **- ABEMA) –** O meu...

1337 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
1338 Estamos muito preocupados.

1339 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1340 **- ABEMA) –** O Festival de Parintins, a gente muda a secretaria lá para Parintins para
1341 poder trabalhar de lá. Seria incrível fazer aí todo mundo num barco. A gente faria num
1342 barco. Isso, acho uma data. Talvez não.

1343 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Acho que nós
1344 poderíamos pensar na segunda, no dia 30 ou dia 1º, logo na semana subsequente. Até
1345 para conseguirmos nos preparar. Eu concordo com o Capê no que diz, não precisa ser
1346 só presencial, mas o presencial, às vezes, permite que a gente concentre melhor na
1347 discussão, no debate. Nós faríamos um esforço para estar presencialmente. Pelo menos
1348 uma boa parte dos secretários, acho que isso melhora o nosso diálogo. Permite que a
1349 gente concentre mais na pauta.

1350 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1351 **- ABEMA) –** Posso deixar uma proposta de sugestão para avaliar? Seria o dia 2 do mês
1352 que vem, 2 de julho. Que aí cai numa quarta-feira, a gente não pega nem a muvuca
1353 depois de vir para Brasília, com um monte de gente vindo na segunda e na terça, e
1354 consegue sair um pouco antes da sexta também. Então, acho que a minha sugestão seria
1355 a gente verificar dia 2 de julho. Que fica ali naquele meio da semana, que ainda dá para
1356 resgatar alguma coisa nos estados. Esgotamos, então, essa fase da discussão da pauta.
1357 Eu quero até pedir uma salva de palmas, acho que é simbólico. O diálogo e o debate, e
1358 o amadurecimento dessas questões, só reforçam o ponto de vista de que o consenso no
1359 diálogo fica mais fácil. Exato. Vamos passar para os próximos pontos da nossa pauta. Já
1360 estamos chegando no final. E teve um convite para que a Magna, que é a secretária
1361 executiva da ABEMA, pudesse apresentar o projeto que foi dissertação de mestrado,
1362 aprovado, que é o guia prático de normas estaduais sobre a descentralização do
1363 licenciamento ambiental no Brasil. E aí eu passo para a Magna fazer a apresentação, um

1364 documento que une os estados, em especial do ponto de vista de consolidar todos os
1365 aspectos da descentralização, de documentação, de fragilidade. Então, até parabenizo a
1366 Magna pelo trabalho. E esses breves minutos que tenho a disposição para apresentar, a
1367 palavra está com você, Magna.

1368 **A SR^a. MAGNA HELENA ALMEIDA (ABEMA)** – Obrigada, Taveira. Obrigada a todos.
1369 Obrigada pela oportunidade, Mônica, Marcelo, secretário Capobianco. Eu vou ser bem
1370 breve. Ele foi, como Taveira já falou, eu participei de um programa de mestrado da UNB,
1371 que é o Proficiambi, que é um programa de mestrado profissional de ensino das ciências
1372 ambientais. E, como todo mestrado profissional, ao final você tem que entregar um
1373 produto. E o meu produto foi um guia sobre a descentralização do licenciamento
1374 ambiental. E, só para fazer um resgate, para a gente começar o trabalho, eu levei o
1375 assunto para a diretoria da ABEMA, qual seria a minha ideia, o meu projeto de mestrado,
1376 pedindo a criação de um grupo de trabalho para a gente trabalhar o levantamento das
1377 informações. E aí a diretoria acatou a ideia, nós levamos para a plenária da ABEMA,
1378 como tudo é feito na plenária, a plenária aprovou, nós criamos um grupo de trabalho com
1379 a representação dos 26 estados, e esse grupo se reuniu algumas vezes para a gente
1380 começar a traçar as diretrizes de como seria o trabalho, de que maneira a gente
1381 desenvolveria a dissertação e, em seguida, o guia. E aí o guia, a metodologia da
1382 dissertação foi... A gente fez pesquisas via Google Forms, reuniões com esse grupo de
1383 trabalho, contatos individuais via WhatsApp, telefonemas, e-mails. Então, assim, foram...
1384 Eu levei quase três anos, porque a carga de trabalho da gente não é fácil, então não foi
1385 muito fácil fazer o mestrado e trabalhar ao mesmo tempo. E aí o resultado foi esse guia.
1386 Então, assim, eu vou fazer uma breve apresentação, o guia já está disponível no site. Ah,
1387 e lembrando uma coisa o seguinte, ele, assim, apesar de a gente ter validado ele com
1388 alguns municípios após pronto, mas ele é um trabalho o seguinte, que ele é dos estados.
1389 Então, assim, a gente não trabalhou diretamente com os municípios, nós trabalhamos
1390 somente com os estados, e a ideia foi assim, a gente não inventou nada, a gente só
1391 pegou a legislação e nós compilamos essas informações em um documento único,
1392 estado por estado, qual é o processo de cada estado para proceder à descentralização.
1393 E aí, durante essa pesquisa, a gente chegou a alguns números que eu queria apresentar
1394 para vocês. Se você puder passar, pode passar mais um. Ah, foi PDF que eu mandei.

1395 Isso. Pode parar nesse aí. Nós levantamos... Antes de começar o projeto, então, em
1396 2015, o IBGE tinha um estudo que somente 30% dos municípios licenciavam. Em 2021,
1397 a ABEMA fez um levantamento a pedido de um secretário na época para saber quantos
1398 municípios licenciavam. Então, em 2021, nós chegamos à conclusão que somente 33%.
1399 E agora, em novembro de 2024, nós atualizamos e esse número chegou a 39,5%. Passa
1400 o próximo. Aqui tem uma lista, ela está bem pequenininha, mas, depois dessa
1401 apresentação, ela vai ser disponibilizada. Isso aqui foi atualizado em novembro de 2024,
1402 que nós tínhamos 2.200 municípios aptos a licenciar, que corresponde a 39,5%. Então,
1403 tem uma coluna com o número de municípios do estado e o número de municípios
1404 licenciando. O Acre ali está zero porque o Rio Branco licenciava e depois teve um aliminar
1405 que ele não, mas agora ele está retomando. Então, em breve, eu não sei se já começou,
1406 mas, se não, em breve, o Rio Branco deve começar. Pode passar a outra. Essa está
1407 muito pequenininha também. Essa aqui é uma... Na dissertação, no guia, não tem, mas,
1408 na dissertação, tem uma planilha com todas as legislações dos estados, quais estados
1409 têm uma legislação específica que trata da descentralização. E, durante a pesquisa, nós
1410 constatamos que somente três estados não têm uma legislação específica que fala da
1411 descentralização, que é o Amapá, Roraima e Rio Grande do Norte. Os outros estados,
1412 todos, têm legislação específica. Na dissertação, tem toda a numeração da legislação.
1413 Inclusive, no próprio guia, eu coloco os links de acesso a essas legislações. Nós
1414 levantamos também o modelo de se é individual ou se é por consórcio também. Então,
1415 nós fizemos esse levantamento. Quem já licencia por consórcio? Quem licencia só
1416 individualmente? Pode passar. As modalidades de adesão. Então, tem estados que
1417 fazem acordo de cooperação, tem estado que o município manifesta interesse direto no
1418 conselho. Então, existem modalidades diferentes. Nós trazemos essa informação
1419 também. Levantamos também sobre treinamento e capacitação. Todos os estados têm
1420 algum programa ou de treinamento ou de capacitação para os municípios. Em relação
1421 ao guia, a própria construção do guia, foi construído conjuntamente com os estados. Eu
1422 fiz todo o trabalho de compilar essas informações. Depois, essas informações foram
1423 enviadas para os estados, para os técnicos que responderam a pesquisa. A minha
1424 pesquisa, no final, 26 vezes o número de perguntas, deu mais de mil respostas. Foi algo
1425 bem trabalhoso. O guia, depois de pronto, foi devolvido para que os estados fizessem

1426 uma releitura. Fizemos alguns ajustes. E ele é basicamente assim. Pode passar, por
1427 favor. Você consegue clicar no link do guia? Mônica, eu te passei o link? Está dentro do
1428 Abema. Abema.org.br. Só para mostrar algumas páginas para as pessoas. O guia é o
1429 seguinte. Todas as páginas são iguais. No começo, nós temos esses gráficos. Eles estão
1430 no começo. Basicamente é assim. Trazemos uma informação sobre o órgão ambiental.
1431 Trazemos a legislação vigente que trata da descentralização. Trazemos o passo a passo
1432 que o município precisa para poder começar o processo. Depois, trazemos uma
1433 informação sobre a... Sobe. Pode subir. Pode subir. Lá no comecinho. Lá em cima. Clica
1434 em cima de Abema. Lá em cima. Vai na seta. Na direita. Passo o link depois e as pessoas
1435 acessam. Só para finalizar, colocamos sobre o processo de capacitação e treinamento
1436 os contatos dos órgãos ambientais, para que os municípios acessem os órgãos
1437 ambientais. E, ao final, tem toda a legislação e tem todos os links de acesso às
1438 legislações constantes do guia. Não inventamos a roda. Só compilamos essas
1439 informações em um documento único. Cada estado tem um processo. Só concentramos
1440 isso para facilitar o processo dos municípios. A gente não conversou ainda, mas não
1441 trabalhamos com os municípios. A ideia não era essa. Nem daríamos conta de fazer isso.
1442 Pode ser um projeto para o doutorado. Mas, para o mestrado, a ideia foi trabalhar
1443 diretamente com os estados, somente com os estados e compilar essas informações em
1444 um documento único. Ok? Podemos.

1445 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1446 **- ABEMA)** – Obrigado, Magna. Só para reforçar que o trabalho da Magna acaba sendo
1447 um retrato muito preciso do fortalecimento do SISNAMA a partir dessas ações dos
1448 estados. E quão importante é a ABEMA para que a gente possa entender como a gente
1449 se organiza, mesmo com a ausência da lei geral, mas como se a gente se organiza como
1450 estados no atendimento de uma aplicação rigorosa da legislação ambiental, em especial,
1451 para o fortalecimento do município. Então, demonstra um papel proativo dos estados
1452 nessa agenda do fortalecimento do SISNAMA. Parabéns, Magna. O link vai ficar
1453 disponível e o documento fica acessível. E a Marcela pediu aqui a vez.

1454 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Primeiro, parabenizar a Magna
1455 pelo trabalho. Agradecer a apresentação. A gente pode, junto com a ata, enviar o

1456 documento para todo mundo poder ter acesso. E queria fazer dois informes relacionados.
1457 O primeiro é que o de DSISNAMA está conduzindo, junto com a UFMG, um levantamento
1458 dos procedimentos de licenciamento ambiental nos estados. E eles estão... A gente já
1459 teve, tem um livro, que teve a sua última edição em 2016, com todos os procedimentos
1460 de licenciamento ambiental. E a gente está atualizando, vai fazer uma nova edição do
1461 livro. E a UFMG tem entrado em contato com as equipes técnicas de todas as unidades
1462 federativas para ter acesso à legislação. A gente encaminhou já vários e-mails para os
1463 secretários, solicitando a indicação de pontos focais. Mas é um esforço bastante intenso
1464 de trabalho. E gostaria de contar com a colaboração de todos para que a gente avance.
1465 A ideia é que a gente tenha o livro até o final desse ano. E a outra coisa, com relação ao
1466 IPEA, nós estamos avançando na pesquisa sobre governança ambiental. E agora a gente
1467 tem uma enquete que está circulando que é para contribuição... A gente teve a fase de
1468 entrevistas, que foram entrevistados grande parte dos secretários estaduais, das equipes
1469 técnicas. Eles foram a todos os estados fazer as entrevistas. E a municípios também
1470 próximos às capitais. E agora a gente tem uma enquete que está circulando, que é para
1471 ampliar o acesso e a participação dos integrantes do SISNAMA, sejam eles gestores ou
1472 parte da equipe de analistas ambientais e técnicos. E a gente tem já mais de 1.050
1473 respostas para esse formulário virtual, mas a gente precisa intensificar a participação dos
1474 municípios. Então, Marçal, eu vou pedir para você reforçar na ANAMMA. E eu acho que
1475 seria interessante, como os estados também têm os contatos dos municípios, que a
1476 ABEMA reforçasse com os secretários para que eles encaminhassem para as secretarias
1477 municipais, reforçando a importância da participação municipal. Acho que essa
1478 perspectiva dos municípios é fundamental para que a gente feche esse diagnóstico com
1479 a consistência necessária. Então, são esses informes. Obrigada.

1480 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1481 **- ABEMA) –** Obrigado. Sim, por favor.

1482 **A SR^a. MAGNA HELENA ALMEIDA (ABEMA) –** Diante da fala da Marcela, eu quero
1483 agradecer a ABEMA aqui de público, porque, sem a ABEMA, eu não teria conseguido
1484 fazer meu trabalho. Você está vendo aí a dificuldade que é a gente ter acesso à

1485 informação, chegar até os estados, chegar até os municípios, e a ABEMA me
1486 proporcionou essa possibilidade. Sem ela, não teria conseguido. Obrigada.

1487 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1488 **- ABEMA)** – Obrigado novamente, Magna. Passamos aqui do ponto de vista de pautas.
1489 A última pauta, depois a gente segue para os informes, mas é o Programa Nacional de
1490 Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos. Apresentação do programa,
1491 conduzido pelo MMADPDA, que visa apoiar os municípios na implementação de ações
1492 de controle populacional de cães e gatos, com foco em bem-estar animal, saúde pública
1493 e proteção animal. A Rita ou a Vanessa? Vanessa, por favor. Fala um pouquinho mais,
1494 que o microfone é bem direcional. Aprendi na última reunião.

1495 **A SR^a. VANESSA NEGRINI (Diretora – Departamento de Proteção, Defesa e Direitos**
1496 **Animais - MMA)** – Pronto? Todo mundo ouvindo?

1497 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1498 **- ABEMA)** – Pode até chegar ele mais para perto de você.

1499 **A SR^a. VANESSA NEGRINI (Diretora – Departamento de Proteção, Defesa e Direitos**
1500 **Animais - MMA)** – Pronto, deu?

1501 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1502 **- ABEMA)** – Isso.

1503 **A SR^a. VANESSA NEGRINI (Diretora – Departamento de Proteção, Defesa e Direitos**
1504 **Animais - MMA)** – Obrigada, presidente. Obrigada, diretora Marcela. Obrigada,
1505 secretária Rita Mesquita. Secretária Nacional de Biodiversidade, Floresta e Direitos
1506 Animais, no bojo do qual esse programa foi instituído. A minha fala aqui é bastante...

1507 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1508 **- ABEMA)** – Se identifica, por favor, Vanessa.

1509 **A SR^a. VANESSA NEGRINI (Diretora – Departamento de Proteção, Defesa e Direitos**
1510 **Animais - MMA)** – Ah, pois não. Vanessa Negrini. Estou diretora do Departamento de
1511 Proteção, Defesa e Direitos Animais, dentro da Secretaria Nacional de Biodiversidade,

1512 Florestas e Direitos Animais. Bom, a minha fala vai ser muito rápida, até porque estamos
1513 já entrando no horário do almoço, mas no sentido de agradecer e dar um informe sobre
1514 esse programa que é super demandado aqui no Ministério do Meio Ambiente. 90% das
1515 visitas que a gente tem recebido dos nossos prefeitos e vereadores diz respeito a buscar
1516 informações sobre esse programa. Então, foi publicado no dia 17 de maio, o Decreto
1517 12.439 de 2025, que instituiu o PROPATINHAS, que é o Programa Nacional de Manejo
1518 Populacional Ético de Cães e Gatos, e cria também o SINPATINHAS, que é o Sistema
1519 Nacional, o Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos. Então, o meu primeiro
1520 agradecimento, tanto à ANAMMA quanto à ABEMA, não fosse o apoio fundamental de
1521 vocês, desde o início, desde 2023, na construção dessa proposta. Vocês ajudaram na
1522 elaboração da minuta, dos textos, socializaram com os estados e municípios, e a gente
1523 chegou com uma proposta forte que resultou na publicação desse decreto. Trazer alguns
1524 números. O SINPATINHAS, ele já conta, ele foi lançado no último dia 17, e a gente já
1525 tem 673.742 animais cadastrados. Está ali o sistema. Quem ainda não entrou para
1526 registrar seus cães e gatos, é sinpatinhas, com “n”, .mma.gov.br. Dizer que, embora
1527 pareça uma pauta inusitada, aqui dentro do SISNAMA, mas lembrar sempre que nossos
1528 cães e gatos têm um impacto importante dentro do nosso meio ambiente urbano. Então,
1529 ele dialoga com saúde humana, dialoga com a predação dos nossos animais silvestres.
1530 A gente protegendo a fauna doméstica, a gente está protegendo também a nossa fauna
1531 silvestre, com relação à predação, com relação a doenças que deixam de ser
1532 transmitidas. Por isso, a necessidade do controle dessas populações. Bom, dizer que
1533 desses animais, o SINPATINHAS vai trazer dados importantes para a gente gerenciar o
1534 PROPATINHAS, ou seja, o programa de controle populacional desses animais. É por
1535 meio do SINPATINHAS que a gente vai saber quantos cães, quantos gatos, quem está
1536 castrado, quem não está, onde estão, quais os municípios que mais demandam ações
1537 desse programa. E a gente já começa a colher essas informações. Então, por exemplo,
1538 hoje eu já sei que apenas 9% desses animais estão microchipados. Ou seja, a gente vai
1539 ter muito problema com relação ao abandono. Não vou conseguir localizar de quem são
1540 esses tutores. Eu consigo saber, e o SINPATINHAS já me dá esses números, que 52%
1541 desses animais estão castrados. Ou seja, metade precisa direcionar esforços para o
1542 controle populacional desses animais. Porque a gente está falando de uma população

1543 descontrolada que tem impacto na nossa fauna silvestre, na nossa saúde humana. E a
1544 gente precisa de ações para fazer chegar essas informações aos tutores de baixa renda,
1545 considerando que hoje apenas 11% desses cadastros diz respeito a tutores vinculados
1546 ao CadÚnico. Ou seja, se a nossa intenção é chegar àqueles que mais precisam, que
1547 são os tutores de baixa renda, a gente precisa contar com os esforços dos estados e dos
1548 municípios para divulgar melhor o SINPATINHAS, para que esses tutores se cadastrem.
1549 E por que é importante a adesão dos estados e municípios? Porque o SINPATINHAS vai
1550 nos dar esses dados para que a gente possa brigar para o orçamento. Hoje, 90% das
1551 visitas que a gente recebe aqui de prefeitos e vereadores é buscando recursos para as
1552 ações do controle populacional ético de cães e gatos. E, nesse sentido, mais uma vez, a
1553 gente vai pedir apoio da ABEMA e da ANAMMA para que divulguem o SINPATINHAS,
1554 para que os municípios estimulem as suas populações para fazer o registro dos seus
1555 animais, inclusive colocando postos, disponibilizando servidores para estar no local,
1556 tirando dúvidas e ajudando realmente a população a fazer esses cadastros. Nós estamos
1557 na reta final de elaboração da minuta da portaria que regulamenta a adesão dos
1558 municípios. Em breve, vamos socializar também com a ABEMA e com a ANAMMA para
1559 acolher sugestões. Temos sido parceiros desde o início desse programa e queremos
1560 continuar assim. Dizer também que foi aprovada essa semana a Lei nº 15.143, de 2025,
1561 que traz ações importantes para a transferência de recursos do Fundo Nacional do Meio
1562 Ambiente para ações de combate a incêndios, prevendo a transferência emergencial para
1563 os municípios, inclusive com proteção ao resgate da fauna atingida ou potencialmente
1564 atingida. E ainda nessa lei foi aprovada a descentralização também para os municípios,
1565 sem a necessidade de convênio, que hoje é o grande problema. Para realizar um
1566 convênio e passar 200 mil para o município, eu vou ficar três anos com esse convênio. E
1567 a secretária Rita, na primeira reunião que tive com ela, falou que resolve esses convênios.
1568 Então, isso é o começo do dever de casa que a secretária Rita nos incumbiu. E agora
1569 nós temos a possibilidade de repassar diretamente do Fundo Nacional do Meio Ambiente,
1570 depositando em conta específica do município. E como vai ser essa prestação de contas?
1571 Pelo próprio Cepachinhas, porque ele linka o valor que eu transferi com as castrações e
1572 microchipagens realizadas. Então, também vamos trabalhar na regulamentação desse
1573 artigo e esperamos contar com a ABEMA e a ANAMMA para nos apoiar nisso. Então,

1574 mais uma vez, muito obrigada. Estamos à disposição e contamos com os senhores, com
1575 as senhoras, para fazer chegar aos nossos municípios, que façam adesão aos
1576 SINPATINHAS, divulguem para a população, para que juntos possamos reivindicar esse
1577 orçamento para atender essa demanda tão premente da sociedade e dos nossos
1578 municípios. Muito obrigada.

1579 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1580 **- ABEMA)** – Obrigado, Vanessa. Eu quero só fazer alguns comentários breves a respeito
1581 disso. Até no passado, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas era
1582 responsável também pela política de bem-estar animal do Estado do Amazonas. A gente
1583 conseguiu quatro castramóveis para atender tanto a capital quanto alguns municípios do
1584 interior do Estado. A gente concluiu a construção do Hospital Público Veterinário lá no
1585 Estado do Amazonas. E, esse ano, para consolidar uma estrutura que já ampliou, foi
1586 criada uma Secretaria Estadual de Bem-Estar Animal. Então, é uma secretaria que,
1587 obviamente, vai lutar pelo orçamento e tudo. Inclusive, levou alguns quadros mesmo,
1588 mas a gente faz isso com o propósito de melhorar a política pública. A gente tem algumas
1589 dificuldades. Estou falando pelo Amazonas. Seria interessante pensar em relação ao
1590 repasse do recurso fundo a fundo, em algumas ocasiões, contando com o apoio do
1591 Estado. Porque grande parte dos municípios no Amazonas não tem estrutura para
1592 execução do recurso. Eu falo isso porque a gente tem um fundo estadual do meio
1593 ambiente, a gente trabalha para o fortalecimento, dar acesso ao fundo pelos municípios,
1594 ajuda a construir o plano, ajuda a fazer a prestação de contas. Ano passado, cinco
1595 municípios que pegaram o recurso, quatro devolveram, porque não executaram. Então,
1596 acho que é importante também esse apoio para contar de alguma maneira que o repasse
1597 possa contabilizar essas estruturas que o Estado tem pronto para auxiliar e fortalecer a
1598 longo prazo que o próprio município depois estabeleça. A minha maior demanda hoje
1599 para a castração vem dos municípios do interior do Estado. E eles vão lá na secretaria
1600 pedir esse apoio. E a gente tem que levar o nosso castramóvel, que é um trailer, por
1601 barco, por balsa. E tem dificuldade até de tirar do próprio porto, quem é do Amazonas lá
1602 sabe a dificuldade, para levar o atendimento. Então, tem muitas características, e a gente
1603 pensou até criar um castramóvel de barco, mas o custo acaba se tornando proibitivo em
1604 relação a isso, mas é uma modalidade que a gente teria essa condição de atender. Mas

1605 mesmo com todas as limitações, só ano passado foram 80 mil castrações. 80 mil
1606 castrações que a gente realizou. Então, isso demonstra que tem uma demanda muito
1607 grande. A gente não consegue, por exemplo, atender muito baixa renda, porque a gente
1608 priorizou o foco em animais que eram cuidados pela comunidade, de uma maneira geral,
1609 ou animais de rua, que são os que dão o maior problema de confrontos com áreas verdes.
1610 Os gatos depredam ninhos dessas áreas verdes, de gatos abandonados. A gente focou
1611 isso, mas lidou com problema, porque a gente precisaria de alguém que pudesse cuidar
1612 desses animais depois da castração, até que eles se recuperassem, para poder voltar à
1613 rua castrado. E a gente não conseguiu os números, e agora a gente está atendendo a
1614 demanda espontânea. A gente tem um aplicativo que faz o registro e faz a fila de
1615 atendimento. Então, para o SINPATINHAS, a minha recomendação seria, inclusive, o
1616 MMA fazer uma reunião virtual, uma convocação, com as secretarias, com os
1617 departamentos das secretarias que são vinculados à proteção animal, para fazer,
1618 efetivamente, uma divulgação. E já para encerrar, eu acho que a pauta do bem-estar
1619 animal, ela é uma pauta que serve muito de referência para aquilo que a gente falou hoje
1620 sobre a pauta do meio ambiente, porque a pauta do bem-estar animal tem adesão, seja
1621 da esquerda ou da direita. Quem trabalha com a pauta animal sabe. Eu tenho mais
1622 pressão do pessoal que trabalha com o bem-estar animal, das organizações não
1623 governamentais, das pessoas que cuidam, do que contra desmatamento, queimada. Ou
1624 seja, o movimento ambientalista é muito mais tranquilo, quando eu falo tranquilo, na
1625 dimensão que a gente conhece, do que o pessoal envolvido com o bem-estar animal. De
1626 ter manifestação, duas mil pessoas, paradas, exigindo abertura. Então, e há uma pauta
1627 que você vai fazer o levantamento, independe se é direita ou de esquerda, é uma pauta
1628 que tem unidade. Acredito que esse, inclusive, é um ponto de partida interessante para
1629 a gente avaliar como, no contexto do meio ambiente, a gente também tem esse nível
1630 inquestionável de adesão e importância. Mas, desde já, parabéns ao Ministério, à Rita,
1631 por ter transformado a pauta do bem-estar ambiental em um locus, de ter um locus no
1632 MMA, de ter uma política sendo construída, em conta com os estados, para o
1633 fortalecimento da agenda também. Parabéns.

1634 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** – Obrigada, Vanessa. Taveira,
1635 eu vou pedir, para incluir como primeiro informe, uma fala da Neuzinha, que é do

1636 Departamento de Educação Ambiental, porque a gente está com a conferência Infanto e
1637 Juvenil de Meio Ambiente em andamento, e é fundamental poder falar com os estados e
1638 municípios sobre os próximos passos. Acho que a gente vai fazer um informe para
1639 construir uma agenda de colaboração, mas ela gostaria de falar um pouquinho.

1640 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1641 **- ABEMA)** – E, falando nisso, mês que vem, é lá em Manaus, o Encontro Lusófono de
1642 Educação Ambiental, que é...

1643 **A SR^a. NEUZA** – Então, professor, bom dia, quase boa tarde a todos, a todas. E é um
1644 prazer, e já agradeço esse espaço que vocês estão nos dando aqui sobre a pauta da
1645 educação ambiental. E agradecer já ao secretário, Eduardo, porque esse encontro vai
1646 ser muito importante para a educação ambiental dos países lusófonos. Vai acontecer
1647 agora em junho, julho? Julho. Bom, gente, vou ficar em pé rapidinho para não falar muito.
1648 A Conferência Infanto e Juvenil pelo Meio Ambiente é uma ação desse ministério em
1649 parceria com o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vocês
1650 tiveram a oportunidade de vivenciar a Conferência Nacional do Meio Ambiente, e foi uma
1651 conferência muito importante. Essa tem um grande diferencial, porque ela é uma
1652 conferência de adolescentes. Então, estamos falando de adolescências, olhando para a
1653 política pública, formando novas lideranças, e o tema vai ser educação e justiça climática.
1654 Então, é uma conferência que vai acontecer agora, em outubro. Se der para aumentar
1655 um pouquinho, acho que vocês iriam ver. E nós estamos agora na fase da conferência
1656 nas escolas. As escolas elegem um garoto ou uma garota de 11 a 14 anos e um projeto
1657 de ação que ela vai desenvolver no seu território sobre a temática da justiça climática.
1658 Esse menino, essa menina, são eleitos para a etapa estadual pelo seu projeto de ação.
1659 A gente teve agora a conferência no Pará, com duas mil crianças, o governador do
1660 estado, a vice-governadora do estado, e o garoto que foi eleito, ele chegou no seu
1661 município, pasmem de corpo de bombeiros, muito bacana, ele muito empolgado, porque
1662 o projeto da escola dele foi eleito e o compromisso de fazer acontecer na escola, no
1663 ambiente escolar, transformar a escola em um espaço sustentável. Então, eu entendo
1664 que essa é uma pauta muito importante e por isso que ministra Marina Silva tem se
1665 empenhado tanto de fazer essa conferência acontecer. Nas escolas, vai ser só até o dia

1666 30, agora, de junho. Então, nós temos pouco tempo. E o meu pedido aqui é o apoio de
1667 vocês para que a gente chegue aos secretários de educação dos municípios, aos
1668 secretários de meio ambiente, para que as escolas desses municípios possam fazer. São
1669 escolas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental 2. Então, aqui, eu estou divulgando para
1670 vocês, porque é uma conferência que eu acredito que tanto a ANAMMA como a ABEMA,
1671 como todos os municípios e todos os estados possam participar e colaborar com esse
1672 evento que é a Conferência Nacional Infantil Juvenil pelo Meio Ambiente. Então, desde
1673 já, agradeço se vocês puderem divulgar. Esse calendário é muito importante e se vocês
1674 conhecem secretários e diretores de escola e chegar nesse chão, que é um chão sagrado
1675 para a educação ambiental, a gente agradece muito e, com certeza, essa vai ser uma
1676 entrega muito positiva do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Educação e do
1677 Ministério de Ciências e Tecnologia. Então, muito obrigada pela atenção de vocês e
1678 contamos com o apoio de cada um e cada uma que está aqui.

1679 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1680 **- ABEMA) –** Muitíssimo obrigado, tema relevante.

1681 **A SR^a. MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA) –** Taveira, eu gostaria
1682 só de complementar aí a informação da Neuzinha, só para dizer que esse comunicado já
1683 foi encaminhado para todos os secretários de estado e todos os secretários municipais
1684 também. Está no gabinete de todos.

1685 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1686 **- ABEMA) –** Obrigado, Neuza, pela contribuição e pelo entusiasmo com o tema.
1687 Parabéns, motivador. Eu acabei esquecendo de mencionar, mas o secretário Capobianco
1688 precisou sair por um evento já alusivo à Semana de Meio Ambiente aqui na Câmara dos
1689 Deputados e pediu para, obviamente, terminar aqui a conclusão dos trabalhos, mas só
1690 para fazer o registro. Mais informes aqui. Pode conduzir o levantamento nacional sobre
1691 o procedimento de licenciamento ambiental. Acabou o sulegado sobre reparação de
1692 danos ambientais no âmbito federal, Instituição Normativa 2024. Está aqui, Ibama.

1693 **O SR. RENÊ LUIZ OLIVEIRA (IBAMA) –** Muito bom dia, boa tarde a todos. Será que eu
1694 compartilho ou fico só na sustentação oral? O que que eu acho? Oral? Está bem. Eu

1695 posso encaminhar depois a apresentação, só para ter algo que pode trazer algum ponto
1696 de consulta interessante. O Ibama, no final de setembro do ano passado, publicou na
1697 instituição normativa 2024 que ela estabelece procedimentos para cobrança da
1698 reparação por danos ambientais pela via administrativa, em decorrência de fatos
1699 apurados na aplicação de sanções administrativas pelo Ibama. Não me apresentei,
1700 perdão. Eu sou René Oliveira, eu sou analista ambiental do Ibama e, atualmente, como
1701 coordenador geral de projetos de recuperação ambiental. E, aqui, estou representando a
1702 diretora Lívia Martins, diretora de Biodiversidade e Florestas. Essa área é uma área,
1703 obviamente, extremamente estratégica dentro do Ibama. A legislação, ela remete já antes
1704 da Constituição, na política nacional no meio ambiente, depois com a Constituição. Mas
1705 é um tema, de certa forma, a gente vê que ele, pela questão das características mesmo,
1706 de ser imprescritível, a cobrança da reparação do dano, a gente vê que tem uma ênfase
1707 maior para a cobrança da multa do que a reparação do dano. E o Ibama, de um tempo
1708 para cá, vem buscando implementar medidas para que caminhe de forma concomitante
1709 essas duas áreas, com um olhar estratégico para a recuperação ambiental,
1710 principalmente num momento onde não se fala mais do controle do desmatamento em si
1711 de forma isolada. E sempre pensando no aspecto da cobertura da vegetação nativa, na
1712 necessidade da recuperação daquilo que foi, eventualmente, desmatado, degradado. E
1713 essa instrução normativa traz todo um arcabouço, uma organização que diferencia o
1714 impacto ambiental, que é aquele decorrente de uma atividade licenciada, para o dano
1715 ambiental, que é aquele decorrente de uma atividade ilegal ou que não cumpriu aqueles
1716 requisitos da autorização. Decorre de uma análise aprofundada, com a caracterização do
1717 dano, a busca por, de fato, tentar quantificar aquilo, e ele, no final de contas, chega em
1718 duas oportunidades de reparação dessa cobrança, pela via administrativa. Via de regra,
1719 historicamente, sempre buscava a solução judicial. E nós sabemos que isso também traz
1720 uma certa morosidade, alguma dificuldade. E, obrigatoriamente, o órgão ambiental,
1721 dentro do SISNAMA como um todo, tem a competência da sua cobrança no âmbito
1722 administrativo. Não só a cobrança direta da reparação daquele dano causado in situ,
1723 diretamente, como também a proposta de recuperação indireta. E aí entra aqui algo
1724 importante, que talvez seja um momento bastante oportuno de a gente estar trazendo
1725 isso na Comissão Tripartite, que é um olhar estratégico para o fortalecimento do

1726 SISNAMA. O IBAMA tem a atuação em torno do território nacional, mas a gente
1727 reconhece, obviamente, que os demais órgãos, os estados e os municípios, têm uma
1728 capacidade muito maior de aplicação. E têm projetos, têm fundos, têm uma capacidade
1729 de estar buscando oportunizar, inclusive, que o IBAMA direcione esses recursos, oriundo
1730 dessas indenizações, para esses fundos. Já tivemos uma reunião com a ANAMMA, o
1731 Mário e o Marçal, nós tivemos um momento conversando sobre isso. E precisamos
1732 estabelecer esse contato com a ABEMA para que a gente consiga demonstrar esse
1733 potencial. Então, mais uma vez, o benefício deve se dar, obviamente, com a recuperação
1734 do dano. Na impossibilidade da recuperação direta daquele dano, em muitos artigos você
1735 consegue identificar que o dano não é recuperável, por exemplo, danos à fauna, danos
1736 à pesca e outros tipos, você tem que buscar uma reparação indireta. E essa reparação
1737 indireta, pela compensação ecológica em uma outra área, ou diretamente uma
1738 compensação econômica e financeira. E aí entra essa oportunidade dessa aproximação
1739 do IBAMA com os demais órgãos do SISNAMA, para buscar um direcionamento desse
1740 recurso. Hoje, por exemplo, uma empresa que ela foi embargada, ela não é mais
1741 desembargada se ela não reparar o dano, se ela, pelo menos, não assinar o termo de
1742 compromisso para a reparação. E esse termo de compromisso pode, muitas vezes,
1743 direcionar um recurso via compensação financeira. Hoje o IBAMA não tem, o governo
1744 federal não tem um fundo específico para isso, tem vários fundos que a gente utiliza e a
1745 questão da dificuldade de operacionalizar com contingenciamento, esse tipo de coisa,
1746 acaba, em alguns aspectos, induzindo a buscar outras oportunidades. Nós temos uma
1747 consultoria em andamento para estar identificando quais são os fundos potenciais que
1748 poderiam receber isso. E, paralelo, nós temos um banco de projetos, não é bem um
1749 banco de projetos do IBAMA, é uma disponibilização de projetos de órgãos e instituições
1750 parceiras na página oficial do IBAMA para a gente estar direcionando esses recursos. Há
1751 um grande potencial para estar captando recursos de indenização, está com benefício
1752 enorme para o meio ambiente, de forma geral. Eu vou encaminhar a apresentação para
1753 o DSISNAMA e a gente fica à disposição, na medida da necessidade, para estar trazendo
1754 mais detalhes de como isso tem sido operacionalizado no IBAMA. Uma plataforma que o
1755 IBAMA utiliza hoje para fins de demonstrar publicamente aquilo que é relacionado à
1756 recuperação da vegetação nativa é a plataforma Recooperar. Ela é muito interessante,

1757 muito intuitiva, fácil de filtrar, onde a gente vem colocando todos os projetos que estão
1758 em andamento de cobrança e reparação de danos, dando publicidade. Também tem aqui
1759 o link de acesso a essa plataforma.

1760 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1761 **- ABEMA)** – Muito obrigado. Já em nome do ABEMA, a gente está inteiramente à
1762 disposição para avançar. É um tema importantíssimo, acho que a maioria dos estados
1763 tem os seus fundos operando e a maior demanda é justamente como esses recursos
1764 podem ir, na maioria, para apoiar municípios. Acho que tem aí uma oportunidade.
1765 Obrigado. A gente passa aqui para o próximo informe. Programa União com os
1766 Municípios. Apoio à implementação de escritórios municipais de monitoramento e
1767 desmatamento de queimadas. Estou vendo a Nazaré ali, acho que é ela que vai
1768 apresentar.

1769 **A SR^a. NAZARÉ SOARES (SEDR/MMA)** – Bom dia, secretário Taveira. Bom dia a todos,
1770 pessoal.

1771 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1772 **- ABEMA)** – Desculpa, eu acho que tem algum microfone agora.

1773 **A SR^a. NAZARÉ SOARES (SEDR/MMA)** – Tem.

1774 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1775 **- ABEMA)** – Se puderem desligar aí.

1776 **A SR^a. NAZARÉ SOARES (SEDR/MMA)** – Obrigada, secretário. Bem, pessoal, o
1777 secretário Taveira já conhece bastante o programa União com os Municípios, já
1778 conversamos com os estados da Amazônia de um modo geral. Com os seis secretários.
1779 Eu não vou passar muito, porque acaba o cantado da hora. Vou fazer uma palestra
1780 também. O que a gente gostaria de compartilhar aqui é que nós vamos iniciar já a
1781 entrega. Entre outros projetos do programa, prevê um aporte importante para os
1782 municípios. É importante citar que nós trabalhamos com os municípios prioritários para
1783 controle do desmatamento. Só passa no mapa. Passa mais aqui, só para mostrar. Pode
1784 passar. Pode passar. Ah, perdão. Só que chegar no mapa, você passa aqui, é importante,

1785 só mostrar. O programa prevê um aporte importante para os municípios prioritários
1786 previstos na portaria 1202, que são municípios prioritários para controle do
1787 desmatamento e degradação. Atualmente são 81 municípios na Amazônia. E 27
1788 municípios no Pará, que já aderiram ao programa. São 21 no Mato Grosso, 9 municípios
1789 no Amazonas, 6 em Rondônia, 5 no Acre e 2 em Roraima. Nós vamos iniciar agora a
1790 entrega do aporte de apoio de fortalecimento a essas secretarias de meio ambiente.
1791 Deveremos fazer um encontro por estado, não vamos fazer por município, porque são 70
1792 municípios, não temos condições de dar conta. Mas nós vamos fazer esse encontro por
1793 estado, sempre em parceria com a secretaria de meio ambiente e com a ANAMMA local,
1794 onde nós vamos apresentar todo o aporte de apoio, que está começando agora, a partir
1795 de julho, a ser entregue a esses municípios. Nós vamos investir em equipamentos,
1796 capacitação e assistência técnica para esses municípios. O foco desse apoio é estruturar
1797 esses municípios para o monitoramento, para aumentar a participação e o protagonismo
1798 desses municípios no monitoramento de desmatamento e queimadas em âmbito local.
1799 Nós estamos convencidos de que a participação dos entes e o fortalecimento dos entes
1800 locais na agenda de controle de desmatamento e queimadas é fundamental. Estamos
1801 começando por esses municípios prioritários. O MMA recentemente também lançou, via
1802 Fundo Nacional do Meio Ambiente, um edital para apoiar os municípios em agendas de,
1803 principalmente, controle de queimadas. E, com relação a essa iniciativa do União com os
1804 Municípios, nós estamos com uma parceria com o PNUD, que é por meio do projeto
1805 Floresta Mais, e também com a execução do FUNBIO, que foi a instituição selecionada
1806 nacionalmente por meio de um processo seletivo, para executar essas ações com os
1807 municípios. Na parte de assistência técnica, após a entrega dos equipamentos, nós
1808 vamos ter um profissional que vai acompanhar cada município durante oito meses no
1809 processo de assistência técnica mensal, com visitas presenciais mensais, de forma a
1810 capacitar os municípios. E a gente sabe que um simples curso de capacitação não
1811 resolve muitas vezes, então nós vamos fornecer o curso, mas também vamos fornecer
1812 assistência técnica aos municípios durante oito meses, de forma que os municípios, após
1813 esse período, fiquem habilitados a fazer, a gerar as suas informações qualificadas, a
1814 mensalmente levar essas informações para a Câmara de Vereadores, levar para o seu
1815 prefeito, de forma que aumente a participação desses entes nessa agenda. Nós vamos

1816 investir, nesse primeiro contrato de fortalecimento, nós vamos investir R\$ 19 milhões para
1817 os municípios do Pará, R\$ 15 milhões para os municípios do Mato Grosso, R\$ 6,6 milhões
1818 para os municípios do Amazonas, R\$ 4 milhões para os municípios do Pará, R\$ 3,5
1819 milhões para os municípios do Acre, e R\$ 1,4 milhões para os dois municípios de
1820 Roraima. Esse investimento é um investimento somente nessa etapa de fortalecimento
1821 das secretarias municipais de meio ambiente. E a gente, óbvio, espera que esse
1822 fortalecimento também melhore substancialmente as ações do próprio Estado com esses
1823 municípios, fortaleça também as ações dos Estados com esse município, fortaleça todo
1824 esse trabalho que dá a ANAMMA, no sentido de realmente aumentar o protagonismo dos
1825 municípios nessas agendas ambientais. Queria informar também que para as ações de
1826 regularização fundiária ambiental e assistência técnica, que são os maiores
1827 investimentos desse programa, nesses municípios nós estamos em etapa final do projeto
1828 com fundo Amazônia, deveremos assinar nos próximos dias o contrato com fundo
1829 Amazônia, e são investimentos muito mais volumosos, que vão envolver diretamente e
1830 aumentar o processo de regularidade fundiária ambiental junto com assistência técnica e
1831 recuperação de vegetação nesses municípios. E a gente espera que todos esses
1832 investimentos ajudem esses municípios a reduzirem, controlarem melhor suas taxas de
1833 desmatamento e queimadas. Esses são os nossos resultados esperados. É isso,
1834 secretário. Muito obrigada. Obrigada a todos. Bom dia.

1835 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1836 **- ABEMA)** – Eu que agradeço, Nazaré. Parabéns pela apresentação. Foi um desafio de
1837 um programa com muitas informações e ser sintético na apresentação. Então, parabéns
1838 pela clareza. E, de fato, tem feito mudanças significativas até nessa imagem, porque são
1839 municípios prioritários, porque são municípios que são ali, como vocês viram, no que a
1840 gente chama do cinturão do desmatamento da Amazônia. São municípios que têm uma
1841 resistência enorme ao fortalecimento das agendas ambientais. E o programa vem como
1842 um parceiro efetivo das prefeituras para fortalecer a agenda ambiental dos municípios,
1843 mas também para atender melhor o pequeno produtor rural, para trabalhar com questões
1844 relacionadas à recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais. Então, acho
1845 que é relevante mencionar que é o desafio de estar presente em municípios que não
1846 necessariamente apoiam a agenda ambiental. Então, parabéns, Nazaré. Agora, o ponto

1847 aqui da Adapta Cidades, apoio à adaptação climática em contexto urbano. Eu ia chamar
1848 o Lincoln, mas teve o prazer.

1849 **A SR^a. INAMARA MELO** – Ainda não está. Pronto. Está dentro da pastinha Adapta
1850 Cidades. Isso. Está aí. Vamos lá. Também, de ser bem telegráfica, nós já tivemos a
1851 satisfação de...

1852 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Se
1853 identifica, por favor, para título de...

1854 **A SR^a. INAMARA MELO (Diretora do Departamento de Políticas para Adaptação e**
1855 **Resiliência à Mudança do Clima)** – Obrigada, Marçal. Eu me chamo Ina Marmelo, sou
1856 diretora do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima.
1857 Nós coordenamos, então, aqui a política de adaptação à mudança do clima. Eu vou fazer
1858 um sinalzinho. Quando eu fizer o sinalzinho, vocês vão passando para mim, que eu
1859 pretendo ser bastante rápida nessa parte introdutória. Nós já tivemos a satisfação de
1860 apresentar a este colegiado, a iniciativa Adapta Cidades, quando ainda era um desenho.
1861 Nós já estamos numa fase já bem mais adiantada de implementação. Por isso, a
1862 importância de ter todos vocês acompanhando essa iniciativa que dá concretude ao
1863 federalismo climático. Então, se baseia tanto no Plano Clima quanto na Lei 14.904, que
1864 define as diretrizes para os planos de adaptação à mudança do clima e também a
1865 resolução do Conselho da Federação. Nesse nosso trabalho, a gente, então, pretende
1866 fazer com que as estratégias estaduais e municipais de adaptação possam incorporar a
1867 estratégia nacional. E também nós pretendemos apoiar estados e municípios nesta
1868 elaboração. É importante dizer que o nosso plano já está em fase bem final, já passou
1869 por consulta pública, já tem todo um documento consolidado, que vai agora para
1870 aprovação do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, ficando, então, valendo as
1871 diretrizes, que eu não vou aqui me deter sobre elas, além dos objetivos nacionais de
1872 adaptação, que ficam valendo para estados e municípios. Nós temos nove objetivos
1873 nacionais de adaptação, envolvendo aí resiliência, a questão da produção e do acesso
1874 ao alimento, segurança hídrica, biodiversidade, saúde, segurança energética,
1875 desenvolvimento socioeconômico, a proteção do patrimônio cultural e também a questão
1876 do fortalecimento de oceano e zona costeira. Essas diretrizes e esses objetivos, eles,

1877 então, norteiam a iniciativa Adapta Cidades, e essa agenda acontece dentro do programa
1878 Cidades Verdes Resilientes. Então, no âmbito do programa, a gente busca essa
1879 integração dos governos subnacionais, as diretrizes do Plano Clima, ao tempo em que a
1880 gente proporciona um processo de articulação institucional, de orientações técnicas
1881 normativas, todo o processo de capacitação, fomento, ampliação também do acesso a
1882 mecanismos de financiamento tradicionais e inovadores. Nós, até o momento, já tivemos
1883 a indicação de 560 municípios. Temos a satisfação, Taveira, de aqui anunciar que os
1884 estados todos aderiram à iniciativa Adapta Cidades, por meio de um termo de adesão.
1885 Então, nós contamos hoje com todos os estados, mais o DF. Isso representa, em termos
1886 de população, 44 milhões de pessoas, cerca de 25% da população brasileira. Nós
1887 contamos aí, entre esses 260, 85 municípios costeiros em todos os biomas brasileiros. E
1888 nós estamos falando aqui de uma agenda para dar escala à adaptação multinível. Hoje,
1889 apenas 23 cidades brasileiras contam com planos de adaptação. Nós pretendemos
1890 chegar a perto de 600 planos de adaptação à mudança do clima, por meio da iniciativa
1891 Adapta Cidades. Nós temos aqui, rapidamente, a informar que desde que nós tivemos o
1892 lançamento da portaria do MMA, no finalzinho de dezembro, nós já tivemos... Por favor,
1893 pode passar para o próximo. Nós já tivemos a estruturação da governança. Isso envolve,
1894 como é no âmbito do programa Cidades Verdes Resilientes, mais de perto, nós temos
1895 MMA, MCTI, Ministério das Cidades. Nós temos um grupo de trabalho dentro ali do
1896 PCVR, que envolve tanto a ABEMA, com destaque, a gente tem trabalhado, inclusive,
1897 com um grupo de trabalho dentro da ABEMA, pactuando todos os processos, como nós
1898 temos a ANAMMA, a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional de
1899 Municípios e ABM, como instituições, entidades municipalistas, mais a representação da
1900 sociedade civil por meio do CONAMA e a representação da sociedade civil do
1901 CONCIDADES. Então, é uma governança aqui que funciona dentro do PCVR, dentro do
1902 grupo de trabalho e também contando ainda com outras instituições parceiras nesta
1903 agenda. Nós estamos falando aqui do Adapta Cidades, de disponibilização de ferramenta
1904 e metodologia. Estamos já trabalhando com o incremento da plataforma Adapta Brasil
1905 para fortalecer a disponibilização de dados para análise de riscos climáticos, o
1906 desenvolvimento de capacidades, a estruturação, portanto, da governança, tanto para o
1907 projeto quanto para a própria política nacional de adaptação, com suporte técnico e

1908 mentoria para os municípios apoiados. Nós tivemos, então, já adesão. Como avanços
1909 recentes, a gente destaca a indicação dos pontos focais dos municípios. Hoje, 110
1910 servidores estaduais na comunidade Redus para reportar o progresso da iniciativa
1911 Estado por Estado. Nós já realizamos a reunião do comitê gestor no âmbito do PCVR.
1912 Indicação de pelo menos 10 municípios por estado. A aprovação do projeto pelo Fundo
1913 Verde para o Clima, cerca de R\$ 18 milhões, que financia esta agenda. Mas é importante
1914 dizer que nós temos buscado o apoio de outras iniciativas e programas também para
1915 fortalecer o Adapta Cidades, que tem se tornado, na verdade, uma espécie de hub, já
1916 que o Ministério da Saúde, por exemplo, tem orientado as secretarias estaduais para o
1917 apoio à elaboração. Nós temos o próprio MDR também, por meio de outras iniciativas,
1918 apoiando também. A Fundação Boticário, que atua conosco para sensibilizar sobre a
1919 pauta de adaptação baseada em ecossistemas. Os tribunais de contas dos estados
1920 querem acompanhar a iniciativa Estado por Estado e nós temos um conjunto, então, de
1921 iniciativas e programas que estão colocados. Hoje à tarde, agora às 14 horas, acontece
1922 o primeiro dos nossos webinários, mas a gente tem um conjunto de encontros regionais,
1923 um encontro nacional que vai acontecer em setembro. Nós temos todo o lançamento do
1924 programa EAD na ENAP, já previsto também para agora, para hoje. O lançamento do
1925 guia de elaboração dos planos para disponibilização do conteúdo técnico e metodológico.
1926 Sessões tira-dúvidas na plataforma ReDus, que começam a valer a partir de agora. E
1927 mais aqui um conjunto de agendas dentro do Adapta Cidades. Tanto uma maior
1928 estruturação dessa governança, a contratação de construtores para o acompanhamento
1929 de cada um dos estados brasileiros, a construção da informação intramunicipal. Nós
1930 temos trabalhado, além da equipe do INPE, também com o Semaden e outras instituições
1931 e universidades, para garantir o apoio direto aos estados e municípios e esse fluxo
1932 relacionado à informação, adesão, cronograma, ciclo de atividades. Então, nesses
1933 próximos slides, somente dizer dos webinários que estão programados. Então, hoje à
1934 tarde é o de apresentação para os pontos focais dos estados. Nós temos, na semana,
1935 pode ir passando, nós temos o webinário 2 para capacitação EAD, para gestores públicos
1936 apresentando como é que vai se dar todo o processo EAD e o acompanhamento, porque
1937 cada módulo do EAD envolve um conjunto de ações que precisam ser, ou tarefas que
1938 precisam ser acompanhadas por estados e municípios, desenvolvidas, na verdade, são

1939 etapas. Nós vamos ter no webinar 3 o planejamento adequado ao contexto local,
1940 orientando gestores para aquilo que é o conteúdo mínimo para esta agenda. Ainda o
1941 webinar 4, tratando de fortalecimento de governança e comunicação. Fecho aqui a
1942 minha apresentação, agradecendo por demais o espaço, dizendo que essa é uma
1943 agenda que tem sido pactuada, de fato, com as representações das entidades
1944 municipalistas e também dos órgãos estaduais, dizendo que a gente tem feito essa
1945 integração multinível, na prática, não fazendo uma agenda para municípios, mas fazendo
1946 uma agenda com municípios e com estados, para garantir o avanço da adaptação no
1947 país. Fico aqui à disposição e aproveito para repassar também o QR Code, com mais
1948 informações da nossa agenda para vocês. Muitíssimo obrigada.

1949 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1950 **- ABEMA)** – Inamara, obrigado pela apresentação. Só destacar a maravilha
1951 importantíssima da ABEMA na agenda do clima, e só ressaltar, até a Magna pode
1952 comentar também, não, mas lembrar que a agenda do clima na ABEMA levou a gente
1953 para as agendas da COP.

1954 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
1955 Fecha o microfone, alguém aí, por favor.

1956 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1957 **- ABEMA)** – Então, destacar essa importância da construção e não é diferente, na
1958 agenda aqui, junto com o MMA, a parceria com os estados e com os municípios.
1959 Parabéns, Amara. A gente chega aqui ao último informe, consulta pública para
1960 regulamentação da Lei 14.119.2021, o PSA, pagamento de serviço ambiental. Aqui está
1961 a Carina Pimenta, mas eu não sei, não. Essa é a Gabriela. Gabriela, cabe a você
1962 encerrar.

1963 **A SR^a. GABRIELA PODCAMENI (PSA/MMA)** – Infelizmente não é a Carina, mas vou
1964 tentar aqui.

1965 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1966 **- ABEMA)** – Que isso, à vontade.

1967 **A SR^a. GABRIELA PODCAMENI (PSA/MMA)** – Estar à altura dela. Bom dia, boa tarde.
1968 Eu sou absolutamente apaixonada pelo tema de PSA. Eu imagino que a fome esteja
1969 pegando. Então, eu fiz uma apresentação que eu vou mandar para vocês.

1970 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
1971 **- ABEMA)** – Assim, por mim está tranquilo, porque são 11h30 no meu relógio biológico.
1972 Então, não é brincadeira. Não é de brincadeira.

1973 **A SR^a. GABRIELA PODCAMENI (PSA/MMA)** – Então, eu até pularia o almoço para falar
1974 de PSA, mas acho que eu sou a única aqui nessa mesa. Então, eu vou pedir para a
1975 apresentação ser enviada para vocês. E vou aqui apenas fazer algumas pontuações e
1976 fico aqui à disposição. A primeira coisa é com muita alegria que eu compartilho e celebro
1977 com vocês que, finalmente, a gente abriu a consulta pública do PSA. Então, acho que
1978 você merece, porque eu... Desculpa a quebra de protocolo, mas eu realmente acho que
1979 isso merece. Então, no dia 7, 3 dias atrás, a gente abriu a consulta para a regulamentação
1980 da lei de PSA, que vai ficar até o dia 21 de julho no ar. Essa é uma regulamentação muito
1981 esperada. Quando ela foi anunciada lá no Palácio do Planalto, também todo mundo
1982 aplaudiu. E eu queria convidar todos e todas para participarem, ajudar a gente na
1983 divulgação. E eu queria fazer algumas poucas observações. A primeira delas é para as
1984 pessoas do MMA, isso é óbvio, mas eu queria reiterar a importância do Ministério com
1985 essa agenda de PSA. E, em função disso, criou uma coordenação, uma coordenação
1986 geral de PSA dentro da Secretaria Nacional de Bioeconomia, que eu tenho o prazer de
1987 fazer parte. A gente já criou os e-mails específicos, tanto a consulta pública quanto dessa
1988 coordenação nova, justamente para ampliar o diálogo. Assim que a gente criou essa
1989 secretaria, a gente foi atrás de todos os secretários diretores, foi atrás da Rita, da Nazaré,
1990 da Roberta Cantin, de todo mundo, Adalberto, para a gente... Porque é muito claro que o
1991 PSA, apesar de ele estar alocado na Secretaria Nacional de Bioeconomia, ele não
1992 pertence. A gente é um meio para que todos esses programas estaduais, municipais, das
1993 outras secretarias, para a gente dar suporte, para que a dimensão do instrumento
1994 econômico seja inserida nisso. É desafiador. Às vezes, a gente tem uma tradição do
1995 comando e controle, que também é importante. Mas, para a gente, às vezes, fazer essa
1996 inserção... Então, a gente está aqui, mas para apoiar. Eu não sinto... Apesar do locus ser

1997 lá, a gente enxerga a secretaria, mas nós somos facilitadores. Então, com isso, eu queria
1998 realmente reforçar e dizer que é assim que a gente enxerga todo o processo de PSA. A
1999 gente está organizando oficinas virtuais, a gente já vai botar um cronograma e de diálogo,
2000 mas o e-mail já existe e podem contactar a gente em qualquer momento. Outra coisa que
2001 eu acho muito importante a gente reforçar é como o diálogo interfederativo é essencial
2002 nessa agenda. A gente teve um cuidado muito grande quando a gente botou como
2003 convidados permanentes tanto a ABEMA, a ANAMMA, como convidados permanentes
2004 do comitê gestor do programa que a gente está criando, do programa federal. Outra coisa
2005 muito importante, a gente criou a Rede Nacional de Conhecimento de PSA, que é
2006 justamente para ajudar nesse processo de capacitação das instâncias federais, estaduais
2007 e municipais. Pelo que a gente fez, da nossa pesquisa que a gente está fazendo, a
2008 questão da capacitação tem sido um dos principais gargalos, principalmente quando a
2009 gente está falando de pequenos municípios. Então a gente está criando essa rede
2010 também para fazer todo esse processo de capacitação. Se você for olhar a minuta, a
2011 gente tem no mínimo cinco ou seis artigos que falam diretamente da relação com os
2012 estados e municípios. Assim que a gente pensou, a gente até pensou, vou ser
2013 absolutamente honesta, ligado ao comitê gestor vão ter as câmeras técnicas. A gente
2014 pensou em fazer uma câmera técnica específica só do diálogo interfederativo. Só que a
2015 gente achou também que poderia ser um abuso da nossa autoridade. Como vai ter o
2016 comitê gestor, a gente vai deixar que o comitê gestor defina as instâncias. Mas em uma
2017 versão anterior, a gente já tinha até antecipado e definido isso para ver a importância que
2018 a gente vê. Outra coisa que é muito importante, é com muita alegria, mas eu também
2019 entendo que tem receio como é que vai ficar? E os programas estaduais que já existem?
2020 Vai atrapalhar? Então, a gente foi extremamente cuidadoso. Nenhum programa,
2021 nenhuma ação que está em curso vai ser impactado negativamente. Pode ser impactado
2022 positivamente, como vocês vão ver, se essa iniciativa quiser entrar no cadastro nacional
2023 que a gente está criando e receber os incentivos que estão previstos. Mas a gente falou
2024 assim, a gente não pode, de forma alguma, eclipsar as iniciativas que já acontecem no
2025 território. Então, é por isso que esse diálogo é extremamente importante. Eu não vou me
2026 deter. Tem tanto a política nacional, tem o programa federal, tem o cadastro, tem a rede.
2027 Eu não vou aqui porque, se eu começar a falar, eu me animo. Quando eu vejo, já passou

2028 até a hora do almoço de todos. Então, é um convite. A gente ontem mandou e-mails
2029 para... A gente tentou, melhor dizendo, mandar e-mail para todas as secretarias de meio
2030 ambiente. Vários e-mails retornaram. Então, eu já pedi o apoio para que a gente reveja
2031 alguns e-mails e que a gente faça isso chegar a todos. Já recebi aqui um sinal positivo
2032 que a gente vai ter esse apoio. E isso me colocou absolutamente à disposição. Na
2033 apresentação tem o meu e-mail, o e-mail que a gente criou da Coordenação Nova, da
2034 consulta pública, os links. E eu queria realmente reiterar que a gente entende... Esse
2035 programa federal vai ser, na verdade, um guarda-chuva de programas, porque cada
2036 território vai ter a sua especificidade, cada setor vai ter a sua especificidade. A gente é
2037 um guarda-chuva e a gente está aqui para facilitar e entender essas especificidades. A
2038 gente não está concentrando e nem querendo eclipsar nenhuma outra... Nem secretaria,
2039 nem iniciativa estadual ou municipal. Conte com a gente, está bom? Muito obrigada.

2040 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
2041 **- ABEMA) –** Muito obrigado. Tema importante. A gente estava até retomando aqui a
2042 ABEMA uma discussão. A gente tem um comitê para discutir PSA. E a gente já estava
2043 alinhando aqui com a Magna na retomada. E quanto ao e-mail do Estado, a gente tem
2044 aqui dos estados. A gente, obviamente, tem tudo atualizado também. A gente sempre
2045 articula com o MMA.

2046 **A SR^a. GABRIELA PODCAMENI (PSA/MMA) –** Eu vou ver o que aconteceu nos que
2047 retornaram, aí a gente pede esse apoio.

2048 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
2049 **- ABEMA) –** Obrigada. Perfeito. A agenda oficial aqui acabou da ata, mas a gente tem
2050 dois inscritos para os informes. O Eugênio também se colocou. O Eugênio se colocou ali.
2051 Eu só peço bastante brevidade nessas colocações. Obviamente, sem querer cercear o
2052 tempo de ninguém, mas só mesmo por causa do adiantado da hora. Então, me ajudamos.
2053 Quem se descreveu? A Rita, depois a Júlia, depois o Eugênio e termina com o Marçal.
2054 Está bom?

2055 **A SR^a. RITA –** Eu vou ser extremamente breve. Bom dia, nós não somos todos e todas.
2056 Eu só queria fazer referência às celebrações do aniversário de 25 anos do SNUC, que

2057 vai acontecer no próximo mês. E já desde já estou deixando aqui um convite a todos.
2058 Vocês vão receber convites nossos, mas a celebração vai acontecer no Rio de Janeiro e
2059 será entre os dias 15 e 18. Então, eu só espero, queria fazer essa fala, só que está
2060 chegando na hora, justamente para pedir que vocês deixem as agendas, para que vocês
2061 possam se fazer presentes, porque para a gente é muito importante a presença de todos.
2062 O espírito do SNUC é o espírito de um sistema nacional todo integrado. E é dia 15 e 17,
2063 é julho, falei julho. Então, o informe era mais esse. Era para dizer que vocês estarão
2064 recebendo os convites para que vocês possam se fazer presentes, estar com a gente
2065 nesse momento, que é o momento de celebração. Nós já tivemos confirmação de quase
2066 todos os estados, segundo o Pedro, exceto por um. Eu não vou dizer quem é.

2067 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
2068 **- ABEMA)** – E é o Amazonas. Mas é perto do período de Parintins.

2069 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – A gente pede encarecidamente que o
2070 Amazonas faça o esforço. Não é todo dia que a gente faz 25 anos.

2071 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
2072 **- ABEMA)** – Não, não, não mesmo. É... Quem é que está? Júlia. Ah, então, perfeito.
2073 Então, por favor, Gino, feche a conversa.

2074 **O SR. GINO CÉSAR MENESES PAIVA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e**
2075 **dos Recursos Hídricos de Alagoas)** – Vai ser rápido também. Boa tarde a todos e
2076 todas. Primeiramente, agradecer o convite. Estou muito bem representado, como
2077 dirigente da ABEMA, pela Rafaela, da Paraíba, pelo nosso bispo, Taveira. Mas eu queria
2078 fazer aqui um registro de dois eventos importantes que a gente está realizando lá em
2079 Alagoas. Inclusive, essa semana, a gente está realizando com o governador a cerimônia
2080 de assinatura do contrato do PSD. Programa de pagamento por serviço que a gente está
2081 fazendo. A outra que eu vi aqui na apresentação, que é uma discussão que a gente tem
2082 feito com todos os assentamentos da reforma agrária para discutir. Aí tem muito da
2083 experiência, porque em gestões anteriores fui superintendente do INCRA. Está
2084 coincidindo, eu tenho tido sorte, porque está coincidindo. Hoje eu tenho agenda à tarde,
2085 representando o governador, que é o primeiro encontro de pacto pela governança das

2086 águas. E sempre que tiver, estarei aqui presente, prestigiando a tripartite. Eu tenho
2087 acompanhado muito esse debate, esse debate que tem reflexo no Estado. E aí a gente
2088 tem a sorte de ter o Marçal também de Alagoas, a gente dialogando sempre entre Estado
2089 e município, levando um pouco dessa experiência. E a gente está fazendo agora em
2090 julho, junto com a ANAMMA, lá em Alagoas, um workshop justamente para discutir essa
2091 relação entre os órgãos ambientais. Até onde vai o Ibama, o que é que sombreia com o
2092 Estado, com os municípios. E a gente espera que a gente consiga avançar muito nisso,
2093 a todos e todas, com essa pauta que a gente vai fazer em julho.

2094 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
2095 **- ABEMA) –** Parabéns, Alagoas, Gino, Marçal.

2096 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**
2097 Marçal Cavalcanti, presidente da ANAMMA. Parabenizar a Júlia, o Pedro, pela condução
2098 do SNUC, do fórum. Vocês dois têm nos dado muita segurança de nós termos avançado
2099 nessa questão. Então, quero fazer de público e registrar aqui, na ata da tripartite, os
2100 parabéns a todos que compõem o fórum do SNUC, mas, em especial, a você que tem
2101 sido uma guerreira, uma gigante, na condução de tentar conciliar tantas ações, com tanta
2102 gente divergente, e a gente está avançando. Então, parabéns, Pedro, parabéns, Rita e a
2103 Júlia. Mas, antes de encerrar a minha fala, fazer um agradecimento aqui à ANAMMA
2104 Minas Gerais, ao Gabriel e ao Gil, à ANAMMA Sergipe e ao Alain, ao Pedro da ANAMMA
2105 Lagoas e ao nosso vice-presidente e presidente da ANAMMA do Rio de Janeiro. Nós
2106 fazemos questão de estar aqui na tripartite, porque sabemos que esse é o fórum legítimo
2107 para nós discutir todas as ações de o que está ocorrendo nas tripartites estaduais. E a
2108 você, Marcela, pedir uma ação da tripartite nacional com relação ao IBAMA de Alagoas.
2109 O IBAMA de Alagoas tem sido órgão corredor dos licenciamentos primários no Estado.
2110 Estamos com um problema na Pindorama de uma obra social com o embargo de obra.
2111 Nós estamos com um problema de dois embargos de duas obras sociais do município de
2112 Marachal Deodoro. Nós, eu e o Gino, já tentamos de toda sorte tentar uma conversa com
2113 o IBAMA local, mas nós não conseguimos êxito, não é, Gino? A tripartite em Alagoas
2114 funciona efetivamente. O Gino tem conduzido muito bem as ações conjuntas com os
2115 municípios, mas nós estamos com esse problema. E eu estou pedindo que a tripartite

2116 nacional saia esse comunicado. Eu já fiz oficialmente ao presidente Rodrigo Agostinho,
2117 mas agora quero que saia da tripartite em Marcela para que a gente possa fazer esse
2118 comunicado. E dizer que é uma honra muito grande, Taveira, hoje estar sendo conduzido
2119 por você e parabenizar por tanta calma, por tanto bom senso em todas as ações. Nós
2120 divergimos, mas nós dialogamos em vários pontos. E isso que é o importante para a
2121 gente que fazemos os municípios, dizer ao pessoal do André e todos, colocar dinheiro
2122 em cidade que não tem conselho, que não tem fundo, é uma temeridade o que está
2123 fazendo. Então, tem que se olhar isso. Colocar em 81 municípios dinheiro direto na conta
2124 onde o sisdama é desrespeitado por nós mesmo do próprio ministério. Eu já fiz esse
2125 pedido ao próprio Capô, à própria ministra, e estou aqui dizendo de novo na tripartite,
2126 precisa ser revisto isso. Não pode dinheiro para município que não tem fundo, não tem
2127 secretaria equipada e nem tem conselho estar colocando dinheiro. Então, a gente precisa
2128 nos fazer essa própria reflexão para que a gente possa avançar. Quando nós tivemos
2129 aqui a disposição do Taveira dizendo, na Amazônia o Estado está à disposição. Não
2130 temos vara de condão para estar disputando com ninguém. Nós queremos que o dinheiro
2131 chegue. Nós queremos que o SISNAMA seja respeitado. Muito obrigado.

2132 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
2133 **- ABEMA) –** Muito bem. Excelente fala, Marçal. Acho que é esse diálogo mesmo. Acho
2134 que não é... A gente se preocupa muitas vezes em só buscar as concordâncias sem o
2135 devido debate, sem o devido alinhamento e as posições que vêm dos municípios, mesmo
2136 que se pareçam alguns momentos divergentes com os estados. Na verdade, quando a
2137 gente mantém os espaços prontos para o diálogo e para a construção, a gente consegue
2138 achar os meios do caminho. O que não pode é não ter os espaços para dialogar. Não
2139 pode, não é uma condição. As nossas divergências, ou aparente divergências, não
2140 produzirem espaços, antes de tudo, para o diálogo. Então, estou contigo em relação à
2141 agenda. Em relação ao apoio aos municípios pelos municípios prioritários. Inclusive, essa
2142 foi uma agenda que a gente teve com a Nazaré, a Nazaré deixou claro que o
2143 fortalecimento vem dessas duas etapas. Eu queria até... Não estou falando defendendo
2144 o MMA, porque obviamente não precisa, mas é um ponto específico que foi colocado em
2145 relação ao apoio aos municípios. Eu que não preciso defender, porque... Mas o apoio
2146 que está sendo dado ao municípios em especial se vale do fortalecimento da agenda de

2147 meio ambiente dos municípios, inclusive isso foi a resistência de alguns municípios de
2148 poder aderir ao programa, que teve que se abrir vários diálogos, mas é fundamental,
2149 recurso para o município tem que ser para fortalecer, na agenda ambiental, fortalecer o
2150 SISANAMMA lá na ponta do processo. Não sei se a Nazaré quer complementar.

2151 **A SR^a. NAZARÉ SOARES (SEDR/MMA)** – Não, era só para esclarecer, porque, e aí,
2152 presidente, fico à disposição da ANAMMA para dar maiores esclarecimentos, mas, assim,
2153 se talvez eu não tenha sido clara na minha fala, não há repasse previsto para municípios.
2154 Nós vamos contratar os serviços de fortalecimento desses municípios, mas, óbvio que
2155 esses municípios que nós estamos atendendo, esses 81, e tem hoje uma baixa
2156 capacidade de implementação de recurso. Por conta disso, o arranjo é outro, não é esse,
2157 mas me coloco à disposição da ANAMMA caso eu precise de maiores esclarecimentos.

2158 **O SR. EDUARDO TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Meio Ambiente do Amazonas**
2159 **- ABEMA)** – Muito bem, então, com isso, encerramos aqui a nossa reunião, a tripartite,
2160 acho que, além de tudo, é um grande exercício que a gente tem em relação a essa
2161 construção conjunta do fortalecimento do SISNAMMA, começa por aqui, parte por aqui,
2162 novamente eu registro e parabenizo ao MMA, aqui, Marcelo, em seu nome, aproveitando
2163 que o capô já teve que se ausentar, pelo esforço depositado, tanto com equipe técnica,
2164 com recursos, para que esse espaço seja uma realidade, conte com a ABEMA, sei que
2165 eu falo pelo Marçal, com a ANAMMA, para que a gente possa tornar esse espaço um
2166 espaço legítimo, democrático, partidário, mas não político, do ponto de vista da execução,
2167 mas na defesa intransigente do SISNAMMA. Então, obrigado, obrigado a todos, é sempre
2168 um prazer estar presencialmente aqui com vocês. Obrigado.